

ANAIS DO XVI SEMINÁRIO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM COMUNICAÇÃO – PÓSCOM 2019

Vol. 5

GT 4 – COMUNICAÇÃO, NARRATIVIDADE E DISCURSOS MIDIÁTICOS

Sessão 1 – A mídia e a polifonia das vozes urbanas

ISBN 78-85-93747-00-7

PUC- Rio

2019

Comissão Organizadora:

Coordenação-geral: Thaís Cabral e Júlia Pinheiro

Coordenação da comunicação visual: Thaís Cabral

Assistentes de GT: Annie Lattari, Isabel Feix, Marianna Mariano, Paola Sarlo, Mariana Dias, Natalia Machado, Leonardo Firmino, Andrei Maurey, Nathanael Damasceno e Yago Cury

Site: Cristina Matos

Redes sociais: Thaís Cabral e Júlia Pinheiro

Mesa de abertura: Prof. Dr. Adilson Cabral (UFF); Profa. Dra. Beatriz Beraldo (IBMR); e Prof. Dr. Cristiano Ribeiro dos Santos (UFRJ)

Mediação: Profa. Patrícia Maurício (PUC-Rio)

Recepção dos palestrantes: Maria Carolina Medeiros

E-mail do evento: Marcella Azevedo

Credenciamento: Elena Cruz, Mariana Dias, Flávia Moreira, Natalia Machado

Coffee-Break: Alessandra Cruz e Aline Távora

Publicação dos anais: Miguel Mendes e Greyce Vargas

GT 4 – Comunicação, narratividade e discursos midiáticos

Coordenação: Profa. Tatiana Siciliano e Prof. Eduardo Miranda

Assistência: Mariana Dias e Natália Machado

Ementa: Busca refletir sobre os diferentes gêneros narrativos midiáticos (audiovisuais ou impressos) e seus espaços discursivos, abordando as tensões entre aspectos ficcionais e não ficcionais (como o jornalístico) na produção do efeito comunicacional, na construção do imaginário e nas (re)apropriações subjetivas.

SUMÁRIO

**Reformas urbanas do Rio de Janeiro em 1903 na perspectiva das caricaturas de
O malho e *Revista da Semana***

Melba Porter e Miguel Mendes 04

**Rio invisível: a presença de moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro no
Facebook**

Juliana Bach Viana23

Percursos entre Memória e História no Museu Sankofa Rocinha

Alessandra Cruz37

**Militarização, memória e medo: os reflexos da intervenção militar no Rio de
Janeiro**

Igor Lacerda51

Reformas urbanas do Rio de Janeiro em 1903 na perspectiva das caricaturas de *O Malho* e *Revista da Semana*^{1*}

Melba Porter e Miguel Mendes^{2**}

Resumo

O presente artigo busca compreender o impacto das reformas urbanas do Rio de Janeiro em 1903, representado em caricaturas de revistas ilustradas da época, construindo uma narrativa de reação e adaptação da população a transformações sociais do período. Caricaturistas eram intérpretes das novas formas de ver e ser na relação com a derrubada de casas, alargamento de avenidas, construção de calçadas e portos. Seus desenhos permitem entender como tais reformas delinearão o contexto social, quais associações eram feitas, que termos eram utilizados para expressar essas associações e quais grupos e movimentos sociais emergiam. Para tanto, foram analisadas edições dos semanários durante o ano de início do projeto de modernização da cidade.

Palavras-chave: Reformas urbanas; Revistas Ilustradas; Caricaturas; Sociabilidades

1. Introdução

Nos primeiros anos do século XX no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro em que foram empreendidas grandes reformas de modernização, as novas formas de uso do espaço público eram assuntos de extrema relevância e modificaram as sociabilidades. O circular pelas calçadas, o dividir as largas avenidas com diferentes grupos sociais e meios de transportes ainda muito novos como carros e bondes elétricos eram desafios que se impunham nos modos de ser da sociedade carioca da época. Transformações históricas, sociais e culturais da modernidade, que resultavam também em novas formas de enunciação e de interação entre os indivíduos, considerando o aprendizado da civilidade entre os diversos atores como sendo o observável do código comum para a sociedade que ali despontava.

^{1*} Trabalho apresentado no GT 4 - Comunicação, narratividade e discursos midiáticos durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2018.

^{2**} Doutoranda em Comunicação na PUC-Rio, Mestre em Sistemas de Gestão pela UFF (2005), graduada em Comunicação pela FACHA (1995), professora assistente da ESPM-Rio e membro do grupo de pesquisa “Narrativas da vida moderna na cultura midiática” da PUC-Rio. melbaporter@hotmail.com / Doutorando em Comunicação na PUC-Rio, Mestre Comunicação pela PUC-Rio, graduado em Jornalismo pela PUC-Rio, profissional do setor editorial. E-mail: migmendes@terra.com.br

A capital Rio de Janeiro vivia em estado de ebulição, com as expectativas de progresso que se seguiram ao movimento republicano. Em crônicas e charges de revistas ilustradas da época, que privilegiavam o contexto social, a perplexidade e a insegurança a respeito das técnicas de construção eram tema recorrente. Junto a fotos, textos e caricaturas, objetos com novas tecnologias ganhavam adjetivos como “assustadores”, “sonho”, “estranhos” e “demônio”. Os progressos narrados anunciavam uma sociedade melhor, civilizada, cosmopolita, ao mesmo tempo em que tornavam explícitas a fragilidade e a limitada velocidade de percepção e adaptação das pessoas, principalmente entre os populares da época. Como bem aborda Souza (2017, p. 39), os brasileiros começaram a civilizar-se em termos de comportamento observável, o que na visão do autor seria uma das bases para nosso racismo cultural, visto que esse processo foi visto e percebido como algo superficial e inautêntico, não assimilados na base da pirâmide.

As reformas urbanísticas e arquitetônicas projetavam uma nova imagem para o Rio Janeiro. A iniciativa foi do então Presidente Rodrigues Alves e executada pelo prefeito Francisco Pereira Passos, que governou de 1902 a 1906 e queria dar à capital características mais modernas, fugindo da visão de atraso, de país escravocrata. O prefeito se inspirou nas reformas de Paris (conduzidas pelo Barão Haussmann na segunda metade do século XIX), construindo praças, portos, ampliando ruas, criando estruturas de saneamento básico e por isso ficou conhecido como o prefeito que remodelou a cidade e, por consequência, também os costumes cariocas.

A efervescência da capital era a mesma encontrada na imprensa daquele período, que abrigava uma infinidade de publicações periódicas: almanaques, folhetos publicitários de casas comerciais e indústrias, em destaque as revistas ilustradas, principal produto da indústria cultural da época. Com projeto editorial aderente aos modernismos, fruto do avanço das técnicas tipográficas, revistas como *Kósmos*, *Fon Fon*, *O Malho* e *Revista da Semana* permitiam que seus leitores percorressem a cidade e se familiarizassem com o valor do “moderno”. Mediavam e auxiliavam de forma sedutora e pedagógica no apacramento das fronteiras entre o antigo e o novo.

Muitas vezes fazendo juízo de valor quanto aos comportamentos ditos adequados, as revistas ilustradas eram importantes fontes de assimilação dos novos hábitos e costumes anunciados pela modernidade. No mesmo tempo em que, através de suas crônicas e notas sociais, impunham normas e criavam realidades, esses impressos periódicos eram instrumentos para a naturalização das representações de uma

determinada forma de ver e reproduzir o mundo sobre todas as outras possíveis (Dimas, 1983; Mauad, 1990; Oliveira, Velloso, Lins & Douchou, 2008; Souza, 2010). Veiculavam comportamentos tidos como necessários, para se tornar um bom cidadão, um modelo a ser copiado e um exemplo a ser seguido. Justifica-se, assim, tomar como objeto de estudo as caricaturas que fazem menção às reformas urbanas das edições do ano de 1903 da *Revista da Semana* e de *O Malho* para conhecer as representações dessa modernidade, observando a narrativa das imagens, de forma a analisar os modos de perceber e de sentir da elite e dos populares da época.

A *Revista da Semana* foi publicada de 20 de maio de 1900 a 3 de janeiro de 1959. Ela foi fundada por Álvaro de Tefé e se destacava pela variedade editorial, ilustrações e fotografias que compunham seus mais de dois mil e duzentos fascículos. Seus números abordavam os fatos políticos do período, ao mesmo tempo em que narravam os modos de ser e circular no espaço público, usando crônicas, caricaturas e colunas sociais como tribunas para questões de ordem política e administrativa da capital e do país e, ainda, os novos hábitos, modos de se vestir e se portar nas ruas que vinham sendo modernizadas. Durante 1903, os caricaturistas que mais trabalharam nela foram Raul Pederneiras, Amaro Amaral e Miracy.

O Malho começou a ser veiculado em 20 de setembro de 1902. Fundada por Luís Bartolomeu de Souza e Silva, a revista teve em seu corpo de ilustradores vários dos mais populares caricaturistas da época, desde os veteranos Angelo Agostini e Crispim do Amaral até a geração de Raul Pederneiras, Kalixto, Alfredo Storni e J. Carlos. Por ter sido a primeira publicação brasileira a substituir a pedra litográfica por placa de zinco, a publicação deu um novo impulso à arte da charge e da ilustração, divertindo e informando o leitor da época, através de suas críticas e opiniões a respeito da vida política do país, a cultura e os costumes.

Sobre o ano de 1903, ele é o marco de início das novas posturas municipais, das remoções e demolições. Assim sendo, foram analisadas todas as caricaturas – em sua grande maioria de Raul Pederneiras - das edições de número 138 a 189 da *Revista da Semana*, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Adicionalmente, foram lidas caricaturas publicadas em *O Malho*, no mesmo ano, sobre os mesmos temas, por outros artistas mas principalmente por Raul Pederneiras (1874 - 1953), que era um dos caricaturistas mais reputados como cronista do “modo de ser” dos habitantes do Rio de Janeiro durante as reformas e produziu muito nesse período (SILVA, 2014 : 77).

O método de análise das caricaturas é inspirado em Stuart Hall (1997; 2016), que observa as implicações culturais e políticas na produção de representações. A representação cômica popular (anedotas e literatura de cordel, por exemplo) e midiática (revistas ilustradas, por exemplo) tende a estereótipos e os caricaturistas vêm, em grande número, até a atualidade, apresentando uma galeria de tipos sociais com poucos, simples e essenciais traços da pena. Hall chama a atenção para a noção de que a representação do “outro” é uma maneira de afirmar a própria identidade como membro de um grupo social, separando-se daqueles com que, na prática, se convive, aqueles mesmos que são muito importantes como imagens ou modelos do indivíduo que não se “quer” – ou não se pode – “ser”.

2. O Rio de Janeiro do Início do Século XX

Viver nas grandes cidades modernas do início do século XX, como o Rio de Janeiro, influenciava as sensibilidades e os estados de disposição de seus habitantes. O Rio de Janeiro era eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações do mundo e ditava não só modas e novos comportamentos, mas acima de tudo o sistema de valores, o modo de vida e o estado de espírito que articulavam a modernidade (Sevcenko, 1998). Mesmo e apesar de toda essa marcha do Rio de Janeiro, havia perspectivas distintas de condições sociais diferentes, assistindo, lendo e percebendo as mudanças vindas dessa modernidade.

Chartier, em sua pesquisa e discussão sobre a literatura pedagógica e civilizatória de base do século XII, já definia civilidade como uma arte da representação de si mesmo para os outros, um modo regulamentado de mostrar a identidade que se deseja ver aceita e reconhecida pelo maior número de pessoas possível. Um verdadeiro contraste entre a virtude autêntica e a cortesia externa, enganadora e interesseira. O triunfo da aparência sobre a essência, mas que de certa forma cria a possibilidade de intercâmbio social. E o lidar com essa civilidade era ao mesmo tempo um desafio sedutor e aterrorizador para os brasileiros desse início de século. As convenções de estilo, o controle das emoções, a estima pela cortesia, a importância da boa fala, da conversa, a eloquência da linguagem, os artefatos culturais presentes em corpos artificiais - tudo isto formado na França dentro da sociedade de corte e, depois gradualmente, passado de caráter social para nacional e transnacional - fizeram do Rio de Janeiro lócus do comportamento do brasileiro moderno (Elias, 1994; Sevcenko, 2001; Chartier, 2009).

Sobre o papel das revistas ilustradas no processo civilizador da modernidade, estas eram o principal produto da indústria cultural que despontava no início do século XX. Com projeto editorial aderente aos modernismos da época, fruto do avanço das técnicas tipográficas, elas permitiam que os leitores percorressem a cidade do Rio de Janeiro e se familiarizassem com a ideia do moderno. Diante de tamanha importância no delineamento da vida urbana, serviram inclusive de fonte para historiadores interessados nos objetos, nas aspirações, valores e nas demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes classes sociais da época (Mauad, 1990; Sevcenko, 1998; Luca, 2005; Souza, 2010).

3. Modernidade e caricatura

O início do novo século também foi marcado pela ascensão da arte da caricatura, associada ao desenvolvimento técnico e econômico da imprensa. Novas técnicas de impressão estimulavam a experimentação visual. Pelas revistas, o mundo começava a se mostrar para qualquer um que obtivesse um exemplar. Caricaturas, historietas ilustradas e todas as formas experimentais intermediárias tinham condição de traduzir valores da “modernidade”: a profusão de estímulos, a efemeridade, a quebra de hierarquias, a mercantilização geral, a heterogeneidade.

Segundo Elias Thomé Saliba (2002), os caricaturistas desse período viviam um dilema. De um lado, alinhados com a função social do humor, viam a si próprios como civilizadores, propagadores dos hábitos nobres e corretos; de outro, desejavam retratar o povo brasileiro em sua realidade cotidiana. Quando eram defensores das transformações modernas, do progresso e da urbanização, muitas vezes eram cruéis com a sociedade mestiça e rural do Brasil; mas, quando tentavam traçar uma figura que simbolizasse o “tipo nacional”, aquele personagem popular que honestamente simbolizava o povo brasileiro, permitiam, até certo ponto que o homem comum se identificasse com as cenas das caricaturas. E, se ali não era um herói ideal, pelo menos estava do lado “certo”, o lado “do bem”. Por exemplo, o personagem do “Zé Povo” estampava, semana após semana, a ilustração de capa de *O Malho*, sempre ironizando os erros dos políticos e protestando contra as dificuldades geradas.

Esse homem comum que protagonizava as caricaturas pegava bonde, entrava em fila, corria atrás de dinheiro (“cavava”, como se dizia na época), censurava a loucura das modas e, aos poucos, se acostumava com as novidades da luz elétrica e do automóvel. Esse homem nunca tinha tido voz na imprensa antes; os caricaturistas

estavam, então, captando seus protestos e utilizando-os como elemento de arte. Ou, segundo a pretensão dos editores de *O Malho*, sendo seus defensores.

A caricatura é uma arte do riso, mas também técnica artística de representação. Todas as descobertas pictóricas são técnicas baseadas não em semelhanças, mas em equivalências ou substituições, segundo Ernst Gombrich (1986), que dissertou sobre como os primeiros artistas que refletiram sobre o desenho caricato estavam revelando novas “formas de ver”, ou seja, legando aos artistas posteriores uma potente ferramenta de representar emoções humanas e de produzir narrativas em forma gráfica. Em resumo, a caricatura é uma técnica de combinar grafismos bem simples, conforme um tipo de “vocabulário” gráfico experimentado e testado por gerações de artistas, segundo certas normas “gramaticais” informais, de modo a produzir uma representação que omite muita coisa, mas, por isso mesmo, demanda do leitor uma participação intelectual (uma “leitura”, de fato). Assim, o leitor se empenha mais na fruição daquele desenho e, ao mesmo tempo, facilmente associa os grafismos à sua realidade particular. Num exemplo bastante simples: um retrato complexo só representa um indivíduo; já uma bolinha com dois pontinhos e um traço representa qualquer pessoa do mundo. Imagens de olhos substituídas por pontinhos, portanto. A caricatura é, por definição, “presa a convenções” e categorizações dos elementos humanos. É uma arte frugal, usa o mínimo de elementos necessários para o entendimento e é uma técnica combinatória. Num exemplo didático: um rosto combinado com uma cartola representa um indivíduo de alta classe; o mesmo rosto combinado com um boné representa um indivíduo de classe popular.

4. Reformas urbanas no Rio de Janeiro: percepção da elite e dos populares

Conhecer o contexto histórico e as particularidades políticas e sociais do Rio de Janeiro no início do século XX é essencial para a compreensão das representações sociais e da forma como se deu o processo civilizatório da modernidade, bem como a percepção de toda uma sociedade. A reforma urbanística foi realizada em função da modernização do Rio de Janeiro e tinha como valor máximo projetado pelos governantes da época a ideia de progresso. Havia, pelo menos para a elite da época, uma perspectiva positiva, um futuro promissor, um otimismo que se refletia em palavras que remetiam ao futuro grandioso como “agigantados” (figura 01), “victoriosa”, “triumphante”, “notável”, “immensa”, “extraordinária”, “vastos”, “esmagadora”, “prosperidade”, “absoluta”, “superiores”, dando a ideia de desenvolvimento material, técnico e econômico. Eram valores e regras que eram introjetados nos indivíduos, num

processo educativo que transformava o homem não como a natureza o fez e sim como a sociedade desejava que ele o fosse (Rodrigues, 1975).

Na ilustração de capa mostrada na Figura 01, Raul estava retratando um casal da elite, a julgar pelos signos que distribui pelos corpos dos personagens: chapéu e vestido decorados para a dama, chapéu de verão e bengala de cana para o cavalheiro, de traje completo. O cenário também retrata, com poucos elementos, um salão burguês, com uma pesada cortina de veludo. O texto do diálogo lança dúvidas sobre a necessidade da reforma, os meios de ação e a real possibilidade de concretizar o projeto. A conclusão, no entanto, é positiva. A dama: “Você não acha extemporânea essa nova lei de reforma municipal?”. O cavalheiro: “Por quê? Por causa da ditadura? Não acho. Com o Passos lá, talvez ela marche a passos agigantados!”. Pereira Passos continuará sendo o pivô da crônica que os caricaturistas farão durante esse ano, ou citado ou representado. Os jogos de palavras e simples trocadilhos são o recurso mais comum nas legendas de caricaturas publicadas nessa época. Habilidade com a linguagem, inclusive com o uso franco de expressões em francês e inglês, são qualidades que denotam alto grau de civilização, afinal. Serão usados pelos redatores e caricaturistas mesmo quando seus personagens são “rústicos”, como será visto adiante.

Figura 01 – A percepção da elite



Fonte: “A Reforma Municipal”, *Revista da Semana*. Nº 138. Jan. 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A crônica mostra que a percepção dos populares foi diferente. Para estes, as reformas urbanas significaram a perda da identidade, a repressão ao direito de circular

pelas ruas e uma profunda crítica ao jeito matuto e simples de vestir-se e comportar-se, oriundos, como cita Souza (2017), da decadência do patriarcado rural e ascendência da cultura citadina, pouco assimilada na base da pirâmide, como demonstrado nas figuras 02 e 03. Os sinais utilizados pelo caricaturista se repetem: bigode ralo, nariz grosso, queixo pequeno, cabelo desalinhado, chapéu amassado, calça folgada, sapatos grandes... Só o uso de bengala os une aos cavalheiros de alta classe. O indicativo mais profundo da diferença de classes impressa no corpo, no entanto, é a postura corporal. Marcel Mauss (2003) ponderou que o corpo é o primeiro objeto e primeiro meio técnico do homem. Como tal, necessita o aprendizado de uma técnica de uso, e ela é lentamente aprendida, principalmente por “imitação prestigiosa” das crianças em relação aos adultos respeitáveis. Em resumo, cada grupo social mantém sua cultura e, com ela, uma maneira de usar o corpo. Comparemos: os burgueses, elegantes e em cargo das decisões, estão sempre eretos, empertigados, tensos como um arco antes do tiro. Já os populares enxotados pela polícia têm o corpo sinuoso, indolente, desequilibrado, corcunda, apoiado em alguma coisa.

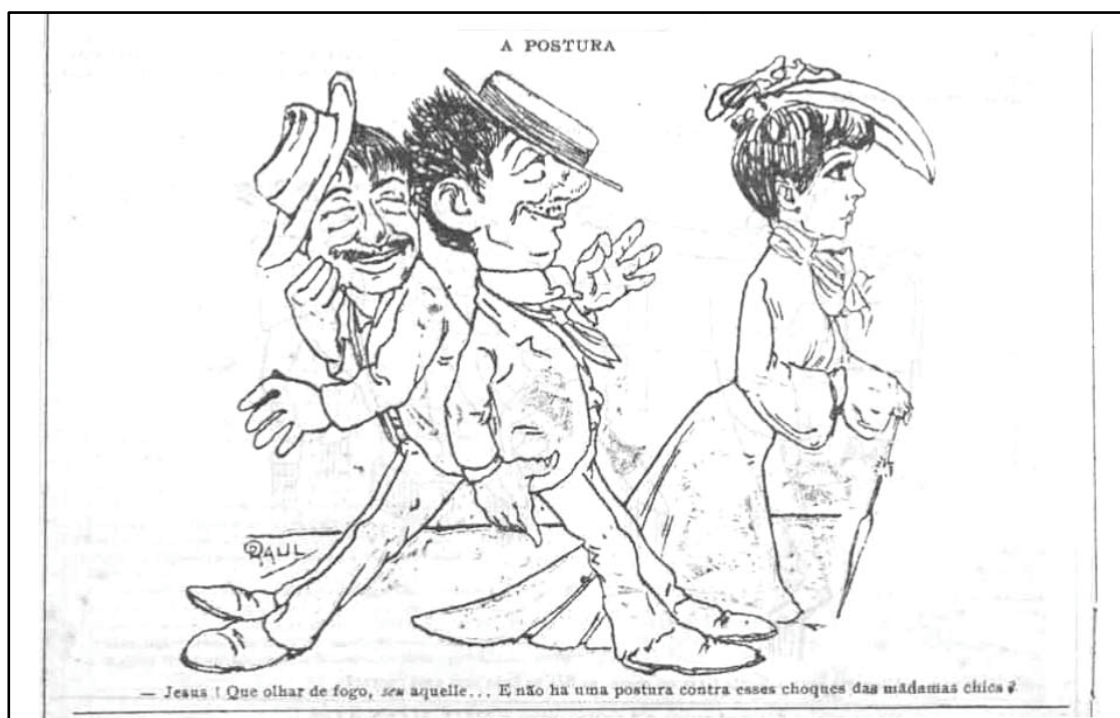
Figuras 02 e 03 – A percepção dos populares



Fonte: “Crítica Situação” e “Um Susto”, Vinhetas em colunas da *Revista da Semana*.
Nºs 161 e 156. Junho e Maio de 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Outra caricatura de Raul brinca, mesmo, com a palavra “postura”, um trocadilho (mais um) entre o sentido de “norma municipal” e o sentido corporal (figura 04). Desta vez, o material é da revista *O Malho*, para a qual Raul trabalhava ao mesmo tempo. Dois homens “populares”, com mais ou menos os mesmos signos descritos acima, com seus corpos desalinhados, que só não caem porque um se inclina sobre o outro, comentam sobre uma dama que passa, inflamando-os: “E não há uma postura contra esses choques das madames chics!”. Curiosamente, o encontro das duas realidades, popular-antiga e elitista-moderna, numa passagem da rua, é descrita com a palavra “choque”, tão cara Walter Benjamin (2000), para quem os centros urbanos modernos dão lugar de encontros e “sustos”, o que, do ponto de vista dos artistas, é estimulante e inspirador. A postura corporal e expressão facial da figura feminina são análogas à da dama na figura 01: ereta, contida, totalmente coberta, mas com o traseiro destacado pela roupa.

Figura 04 – A percepção da elite e de populares



Fonte: “A Postura”, Vinheta de *O Malho*. Nº 40. Junho de 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Outro exemplo de caracterização das classes pela postura corporal, numa caricatura de Raul para *O Malho*, intitulada “high class” (figura 05): além dos signos do vestuário, como a gola muito alta, o bigode curvo pra cima, as luvas e o leque, que denotam riqueza e conhecimento dos códigos mais distintos de civilidade, há os signos

das silhuetas dos corpos: eretos, longilíneos, ainda que elegantemente dispostos. A curva da cintura da dama é equilibrada, na composição do desenhista, pela perna confortavelmente flexionada do cavalheiro.

Figura 05 – A percepção da elite



Fonte: “Hi Life”, Vinheta de *O Malho*. Nº 40. Junho de 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Vale ressaltar que, entre os populares representados nas caricaturas analisadas, há poucos negros. Na grande maioria das caricaturas com tipos populares, representa-se um homem com traços de branco ou caboclo do interior (figura 06), reforçando a colocação de Lissovsky em seu texto “Para onde foi a senzala?” de que as silhuetas negras pertencem a um segmento da população que sempre esteve e ainda permanece à sombra, não apenas em função das condições sociais em que sempre viveram, mas também porque raramente ocuparam o papel de protagonista na história nacional, apesar de ser a base racial da sociedade brasileira.

Figura 06– Tipos populares



Fonte: Sem título. Vinheta de *Revista da Semana*. Nº 151. Abril de 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Quando uma figura de homem negro aparece, há um motivo e este será alguma conotação estereotipada. Por exemplo, na capa de 10 de maio (figura 07), boa para se comparar com a figura 01. Na alegoria, a dama representa a política, como se lê no “rótulo” da roupa (um recurso muito usado na caricatura antes e depois). Ela cumprimenta um homem negro armado de pistola, intitulado “capanga”. A política agradece a atuação do capanga durante a eleição, principalmente no interior, para forçar o resultado desejado. Interessante ver que o capanga está, sim, bem-vestido, para sua categoria. Porta uma bengala, gravata e chapéu. Significa que é um chefe, capaz de selar acordos. Mais do que isso, sua postura corporal é de confiança, apoiado num pé só e estufando o peito. Por outro lado, a dama Política olha nos olhos dele e se inclina para cumprimentá-lo, em atitude de deferência.

Expressão criada para designar o processo de reformas urbanas operado a partir de 1903 no então Distrito Federal do Rio de Janeiro, o “Bota-Abaixo” retrata a maneira pela qual foi implementado o conjunto de obras públicas que então redefiniram a estrutura urbana da cidade. Algumas medidas restritivas e excludentes foram tomadas

em função do projeto de “limpar e embelezar as ruas da cidade”, o que reforçou ainda mais a percepção negativa e a experiência pouco inclusiva dos populares.

Figura 07– Tipos negros



Fonte: “Consulta e Agradecimento”. Capa de *Revista da Semana*. Nº 156. Maio de 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ficaram proibidos: o exercício de qualquer forma de comércio ambulante; a venda de bilhetes de loteria; a ordenha de vacas leiteiras nas ruas; os atos de urinar fora de mictórios, de cuspir nas ruas, de soltar fogos de artifício; a existência de cães soltos pela cidade; e, o mais polêmico, a presença de mendigos nas ruas, sob a ameaça de serem levados presos (figuras 08 e 09). Tal esforço alterava sociabilidades e costumes enraizados na cultura carioca, mas convergia para o objetivo de tornar a capital republicana uma “cidade civilizada”, condição indispensável para a inserção do Brasil no mundo do progresso. Os caricaturistas tiveram, nesse contexto, a oportunidade de deixar um pouco de lado a representação da elite, que jogava no tabuleiro político dos acontecimentos, e passar a representar aqueles tipos que antes não eram assunto de semanário, mas que estavam sendo “descobertos” pela mídia: cartomantes, meninos vendedores de bilhete de loteria, vagabundos que dormiam no cais do porto, pequenos comerciantes, boêmios, pedintes e batedores de carteira.

Figuras 08 e 09 – “Limpeza social”



Fonte: “Leite com Vacca”. Vinheta de *O Malho*. Nº 17. Janeiro de 1903. “Resolução”. Capa de *Revista da Semana*. Nº 147. Março de 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

“Civilizada” e “progresso” foram termos que apareceram nas caricaturas analisadas para significar as reformas urbanas. Porém, a associação mais recorrente foi a de que a “conta” certamente seria paga pela população em geral. Na figura 10, a dona de casa pensa que o fiscal veio atrás de “animais de sela”, mas ele veio pelos “selos”, ou seja, imposto sobre o consumo. A elite sentira tal peso das contas sob a forma de mais impostos e os populares, para além do fisco, sob a forma de exclusão social, reforçando o que Souza fala de que a urbanização no Brasil representou uma piora nas condições de vida de negros livres e mestiços pobres da cidade (2017, p. 40). Em relação a isso, um dos assuntos que mais rendeu caricaturas foi a da “colônia correcional”. Os desocupados seriam retirados de seus redutos, especialmente o cais do porto, em obras, e ingressariam uma instituição para serem reeducados e reintegrados à sociedade. Os comentários eram irônicos: duvidava-se da realidade da iniciativa e, caso fosse feita, duvidava-se da eficácia da medida.

Figura 10 – Percepções



Fonte: “O Fisco Alegre”. Vinheta de *Revista da Semana*. Nº 161. Junho de 1903.
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 11 – Associações à reforma



Fonte: “Sai ou Não Sai Essa Colônia”. Vinheta de *O Malho*. Nº 17. Janeiro de 1903.
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na figura 11, intitulada “Sai ou não sai essa colônia?”, uma multidão de homens desocupados reclama com a impávida autoridade municipal: “Ó seu doutor, venha a colônia, que já estamos *cum fome*. Pra sede, não é preciso, porque isso de água da colônia não chega aos pés do parati”. Notar os signos visuais que Raul introduziu no

desenho: o grupo de homens se estende, ao longo de uma linha de perspectiva, até o fundo da cena. Isso significa que é um grupo muito extenso, que se perde no horizonte. O prefeito se coloca de costas para o grupo. Sua expressão não denota que sequer ouviu a chamada. Se ouviu, fechou-se. Ele é representado com roupa escura, e está em primeiro plano, o que lhe dá peso equivalente à multidão de homens em roupas sem cores, só representada por poucos traços. Também é interessante ver que Raul atentou para representar múltiplas feições étnicas, como era, realmente, o povo do Rio de Janeiro.

A proposta da colônia correcional, com o poder do humor, joga para nossa reflexão imagens do que seriam um habitante desejado e um indesejado – passível ou de “reforma” ou de “expulsão”. Na figura 12, Raul, em vinheta para *O Malho*, faz mais um trocadilho. Um antigo vagabundo encontra outro na rua, após passar pela colônia, e o segundo observa que ele está, sim, “correto”, ou seja, trajado elegantemente. Sua roupa tem detalhes: barra na calça, sapato de duas cores, alfinete brilhante na gravata, colarinho alto, chapéu estiloso. Sua postura corporal é aquela ereta e contida. Para contraste, o interlocutor tem postura relaxada, mãos nos bolsos e pés tímidos, curvados para dentro. Seu paletó é surrado e ele usa um boné. Até mesmo os olhares dos dois são diferentes (o primeiro, fixo, atento; o segundo, semicerrado, desatento).

Figura 12 – Associações à reforma



Fonte: “D’Aqui a Alguns Anos”. Vinheta de *O Malho*. Nº 17. Janeiro de 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na figura 13, a mesma ideia comparativa foi desenvolvida na mesma edição de *O Malho*, mas pelo grande colega de Raul, Kalixto Cordeiro. A colônia correcional,

ironicamente, é pintada como uma máquina industrial, operada por um cavalheiro (trajado de cartola, colarinho alto, casaca, etc) que introduz, na entrada do mecanismo, um homem representado com os signos do “indesejado” (navalha na mão, chapéu amassado, rosto contorcido, grotesco), gira uma manivela e, do outro lado, após passar por muitas “escovadas” (vistas na janela da máquina), sai um indivíduo civilizado, de postura elegante, cartola, casaca, cigarro e bengala. O homem sai da máquina “beneficiado” ou “polido”. Não pode haver uma metáfora mais explícita da imposição do processo civilizador no contexto local, com toda a desconfiança de que ele funcione.

Figura 13 – Transformações sociais



Fonte: “Transformismo”. Vinheta de *O Malho*. Nº 17. Janeiro de 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

5. Considerações finais

As obras foram um marco na urbanização carioca. Houve uma verdadeira reconstrução do Centro da cidade, a partir do alargamento de ruas e avenidas, mais compatível com o uso de trens e bondes, em vez de animais e carruagens. Foram abertos grandes eixos de circulação viária, como as avenidas Passos, Mem de Sá e Salvador de Sá. E todas essas mudanças nos espaços públicos levaram a população a mudar a maneira de ver e ser na cidade.

Em poucas caricaturas, as narrativas davam voz à percepção e adaptação dos populares da época, o que reforça que esses não pertenciam ao projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro. Tida até hoje por muitos historiadores como uma

iniciativa de fato excludente, a reforma de Pereira Passos também costuma ser apontada como responsável pelo surgimento das primeiras favelas no Rio de Janeiro – uma vez que a população trabalhadora mais pobre, expulsa de suas casas no centro, fora obrigada a morar nos morros para permanecer relativamente próxima do trabalho.

Viver nas grandes cidades modernas do início do século XX, como o Rio de Janeiro, influenciava as sensibilidades e os estados de disposição de seus habitantes. A então capital federal tornou-se eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações do mundo. Ditava não só modas e novos comportamentos, mas acima de tudo o sistema de valores, o modo de vida e o estado de espírito que articulavam a modernidade (Sevcenko, 1998). Mesmo e apesar de toda essa marcha do Rio de Janeiro, havia perspectivas distintas de grupos com condições sociais diferentes, assistindo, lendo e percebendo as mudanças vindas dessa modernidade.

As narrativas das caricaturas analisadas são importantes fontes históricas e permitiram compreender essas diferentes adaptações ao moderno. A ansiedade pelo progresso observável, sentido como algo superficial e não pertencente às raízes da cultura brasileira, exemplificado nesse estudo pelo lidar e conviver com as reformas urbanas no Rio de Janeiro do início do século XX, permite compreender que civilidade é pouco natural ao homem, mesmo àqueles pertencentes aos grupos dominantes. Civilidade é construída a partir de códigos da sociedade que nem sempre se apresentam de forma justa, nem sempre são percebidos por todos da mesma maneira. A necessidade de compreender todas as nuances de sensibilidades ao lidar com antigos e novos modernismos nos leva a continuar na luta contra o desajustamento social, a continuar a dar voz e ouvir as expressões culturais de grupos menos favorecidos, como mulheres, negros, pobres e tantos outros. Não importam quantos modernismos virão!

Referências

AZEVEDO, André Nunes de. *A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago. 2003, p. 39-79.

BAUDRILLARD, Jean. Subjective discourse or the non-functional system of objects. In: CANDLIN, Fiona e GUINS, Raiford (Ed.). *The Object Reader*. Londres: Routledge, 2009.

BENJAMIN, W. A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2000.

DE DECCA, Edgar Salvadori. O Nascimento das Fábricas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DIMAS, Antonio. Tempos eufóricos. Análise da Revista Kósmos: 1904-1909. São Paulo: Editora Ática, 1983.

ELIAS, Norbert [1939]. O processo civilizador, volume 1: Uma História dos Costumes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GOMES, Renato Cordeiro. Todas as cidades, a cidade. Literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GORBERG, Marissa. Parc Royal: um magazine na modernidade carioca. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013.

HALL, S. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LISSOVSKY, Maurício. Para onde foi a senzala? <https://revistazum.com.br/revista-zum-7/para-onde-foi-a-senzala/>

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Basanessi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: História da vida privada no Brasil - Império: a corte e a modernidade nacional. Volume 2. Coord. Fernando A. Novais. Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 181-232.

_____. Sob o Signo da Imagem. A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. Tese apresentada ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. UFF-CEG-ICHF - Niterói – RJ – Novembro, 1990.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. Tradução: NEVES, Paulo. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOTTA, Marly. Bota abaixo. Atlas Histórico do Brasil. Acessado em 10/07/18.
<https://atlas.fgv.br/verbetes/pereira-passos>. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

OLIVEIRA, Cláudia de, VELLOSO, Mônica Pimenta, LINS, Vera & ROUCHOU, Joëlle. Fon-Fon! Buzinando a Modernidade. Rio de Janeiro: Cadernos de Comunicação, 2008.

PAZ, Otavio. Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1974.

RODRIGUES, J. C. O Tabu do Corpo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio. In: História da Vida Privada, volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SILVA, R.S. Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936). Tese de Doutorado em História. PUC-SP, 2014.

SIMMEL, Georg [1903]. As grandes cidades e a vida do espírito. Mana, vol. 11, n.2. Rio de Janeiro, 2005.

_____. [1905]. O indivíduo e a liberdade. Extraído de: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. Simmel e a modernidade. Brasília: UnB, 1998. p. 109-117.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

SOUZA, Fernando G. O belo e o feio na belle époque carioca: Imagem, identidade e história nos periódicos cariocas (1900-1920). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SPIVAK, G.C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VON DER WEID, E. O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro. Siglo XIX, Cidade do México, n. 16, p. 78-103, 1994.

Rio Invisível – A Presença de Moradores de Rua da Cidade do Rio de Janeiro no Facebook^{1*}

Uma abordagem psicossocial das representações do morador de rua

Juliana Bach^{2**}

Resumo

Este artigo apoia-se nas teorias da representação propostas por Hall (2016), Jodelet, (2001, 2009) e Moscovici (2001) para pensar o espaço proporcionado com o surgimento de uma página digital que publica exclusivamente relatos de vida de moradores de rua (em primeira pessoa do singular) como propício para o levantamento de dados e debate acerca das diversas representações sociais envolvidas quando se pensa nessa população. A hipótese é que as características da rede social escolhida, o Facebook, auxiliam o encontro de atores inseridos em quadros sociais distintos, possibilitando a produção de um material que deixa indícios das formações discursivas que são engajadas ao se comentar as publicações. Este artigo se baseou nas publicações de setembro de 2014 até outubro de 2018.

Palavras-chave: Moradores de Rua; Representações Sociais; Facebook; Memória; Narrativas.

1. Introdução

O censo demográfico oficial brasileiro, alegando dificuldades metodológicas, nunca incluiu em suas pesquisas o tamanho da população de rua no Brasil. O que temos são cruzamentos de dados municipais que em 2015 apontaram para o número de 101.854 pessoas sem domicílio regular no país (NATALINO, 2016). Por conta dessa invisibilidade, reproduzida tanto pelos órgãos oficiais como pela sociedade que divide seus espaços cotidianos com essa população, uma página dentro da rede social Facebook, intitulada Rio Invisível, propõe-se a publicar relatos de moradores de rua, sempre em primeira pessoa, acompanhada de suas respectivas fotografias.

O aparecimento de uma página digital contendo relatos e memórias de pessoas em situação de rua traz ao ambiente uma novidade: uma aproximação da experiência da cidade, com suas presenças desejadas e também aquelas consideradas

^{1*} Trabalho apresentado no GT 4 – Comunicação, narratividade e discursos midiáticos durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2018.

^{2**} Mestranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - Eicos/UFRJ. Bacharel em Comunicação Social – Rádio e TV pela Eco/UFRJ (2009). E-mail: jubachv@gmail.com

desagradáveis, aquelas que evitamos olhar. Mas, diferentemente da visão in loco, acompanhada da triste imagem da precariedade e da miséria, a presença dessas pessoas nas redes digitais se dá de maneira mais palatável: em textos em português correto, narrativas fluidas e retratos bem enquadrados.

Essa versão mais convidativa possibilita que os milhares de seguidores da página Rio Invisível conheçam as memórias, histórias e desejos dos moradores das ruas do Rio de Janeiro. Em um artigo que também tem como um dos seus objetos de análise a página Rio Invisível, Bortoli e Montipó (2016) sublinham como a iniciativa possibilita que pessoas com realidades completamente diferentes conheçam essas histórias. Pode-se, então, considerar que a iniciativa promove realmente o encontro desses dois grupos? Quais desdobramentos podem ser percebidos a partir desse projeto de visibilidade, levando em conta a maneira como a arquitetura de participação (O'Reilly, 2005) da rede Facebook foi explorada? Tais questionamentos motivaram a realização deste trabalho, entendendo que a análise da página já citada, além de jogar luz naqueles que são socialmente invisíveis, possibilita o acesso a um quadro mais amplo, formado pelos diferentes atores humanos e não-humanos (PRIMO, 2012) que se cruzam nos comentários das publicações, trazendo para a cena valores e códigos socialmente partilhados, às vezes convergentes e muitas vezes conflitantes.

O encontro entre o “falar de si” desses indivíduos em situação de vulnerabilidade e os diversos discursos que contêm noções como caridade, piedade, justiça, apontam para diferentes modos de se ver o lugar do morador de rua na sociedade carioca. A hipótese levantada é que a análise dessa pluralidade de discursos poderá fornecer subsídios que permitem uma aproximação do que seriam as representações sociais que transpassam a figura do morador de rua da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, este artigo vai se apoiar na proposta de estudo das representações sociais feita por Moscovici (2001) e Jodelet (2001, 2009) no âmbito da psicossociologia, que permite atentar para a forma como criamos discursos, condutas, interpretações da realidade que atuam de forma direta nas nossas relações com o mundo:

O objeto de exploração engloba todas as representações, não importando a origem. Cada vez que um saber é gerado e comunicado – torna-se parte da vida coletiva – isso nos diz respeito. E, em particular, quando esses saberes enquanto tais servem para a solução de algum problema social ou para a explicação de algum evento. [...] Enfim, tudo o que resulta da ideação coletiva nos afeta em maior ou menor grau. (MOSCOVICI, 2001, p. 63)

Alessandro Portelli propõe que “recordar e contar já é interpretar”, pois “o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso” (PORTELLI, 1996). Apoiando-se nessa perspectiva, é possível pensar que cada relato pessoal representa uma tentativa de conferir significado à experiência do viver sem teto, que vai muito além da simples visão costumeira do morador de rua como um produto passivo da desigualdade social.

Por se tratar de narrativas em primeira pessoa, ainda que se possa problematizar a questão da autoria/narrador (já que pela situação de rua fica implícita necessidade de um intermediário que transfere o que foi narrado oralmente para o texto escrito e publicado), no caso do Rio Invisível temos, em vez de um sujeito “autorizado”, como um jornalista ou sociólogo, que poderia tentar fazer a tradução do que leva alguém a chegar a morar ao relento, o próprio morador de rua como porta-voz de sua história. Acreditar que alguém pode ter optado por morar na rua por decisão própria pode parecer incompreensível, mas a cada relato aparecem outros sofrimentos, conflitos e situações que sublinham a complexidade e a singularidade de cada narrativa. Muitas são as variáveis: casos de violência familiar, abusos, dependência químicas, transtornos mentais; e muitos são os atores envolvidos: o próprio morador de rua, sua família, o poder público, entre outros. A cada narrativa o que emerge são subjetividades historicamente silenciadas (nem no censo aparecem) mas que trazem no seu interior interpretações de suas próprias histórias a partir de suas visões pessoais, afetos e maneiras de ver o mundo. Até que ponto o morador de rua é visto como portador do direito a escolher sua forma de vida, mesmo que signifique uma escolha pela miséria? Pode essa escolha ser válida? A leitura dos comentários dos relatos da página revela intensos debates acerca de temas como livre arbítrio, dignidade e direitos básicos do ser humano. A característica extrema da situação de rua torna claro como o simples apelo a valores transcendentais não dá conta da complexidade da questão.

Um dos assuntos mais recorrentes diz respeito ao lugar do morador de rua na sociedade brasileira contemporânea: ora é visto como vítima, ora como possível ameaça e indolente: “o indivíduo em situação de rua é tipificado como vagabundo, incapaz, “sujeito que não quer trabalhar” (Domingues Jr., 2003, p. 25 apud PEREIRA e DANTAS). Os valores que determinam em qual dos “lados” cada caso relatado deve ser classificado atravessam os textos nos comentários das publicações e provocam debates acirrados, revelando a coexistência de diversos conjuntos de códigos entre os seguidores

da página. Mesmo tendo em comum a compaixão pelo sofrimento do outro, as motivações e convicções que levam cada leitor a acompanhar as publicações sobre moradores de rua diferem amplamente e se revelam na forma que cada indivíduo vê e sugere solução para o problema.

Mesmo diante de narrativas que expõem seres humanos vivendo em situações de total miséria, à primeira vista o ambiente das redes sociais, em especial o Facebook, por suas affordances, parece conduzir o debate para uma superficialidade que privilegia a manifestação de uma impressão pessoal rígida em detrimento da discussão profunda e nuançada acerca dessa questão tão complexa. O protocolo de participação tácito da mídia digital, em especial o Facebook, induz à ideia de “já que a intimidade está pública, a página serve para comentar”, por mais que os comentários possam ser vistos como pontas de icebergs, fundamentadas em construções de significados que envolvem diversos fatores subjetivos. Assim, o Facebook pode ser visto como um mediador, nos termos colocados por Primo, já que se coloca como um ator que participa ativamente do processo, possibilitando agenciamentos (PRIMO, 2012). Também é interessante perceber a apropriação dos recursos disponibilizados pelo dispositivo instrumentalizados pelos usuários. É bastante comum que pessoas “marquem” amigos ou que utilizem as diversas formas de comunicação interpessoal (mensagens diretas, criação de eventos ou links, por exemplo) para possibilitar ações que levem ajuda material aos necessitados retratados na página.

A partir da leitura das publicações feitas na página Rio Invisível, ao percorrer os diversos tipos de interação que ocorrem nesse ambiente digital, foi possível levantar algumas formas como a figura do morador de rua se liga a diferentes quadros de significação que atuam na formação de sentidos constantemente elaborados e compartilhados nas relações pessoais e sociais das quais participamos (Hall, 2016). A hipótese é que as características da rede social escolhida auxiliam o encontro de atores inseridos em quadros sociais distintos, possibilitando a produção de um material que deixa indícios das formações discursivas que são engajadas ao se produzir e comentar as publicações. Em meio a timelines “viciadas”, em que somos exaustivamente submetidos a visões de mundo parecidas, principalmente levando em conta o controle maquínico de seleção daquilo que devemos ler, o contato com outras perspectivas pode ser visto como uma oportunidade de se perceber outras formas de interpretar o fenômeno de existir pessoas que vivem nas ruas, desvelando os processos de subjetivação que levam às diferentes representações sociais envolvidas (MOSCOVICI, 2001).

2 - A Teoria das Representações Sociais

Segundo Denise Jodelet, autora que se dedicou à definição do campo e ao estudo das representações sociais da loucura, corpo e amamentação, as representações sociais “circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais”. (JODELET, 2001. p 31). Com isso em mente, este artigo visa perceber como tal conceito pode ser utilizado na análise do cenário promovido pela página Rio Invisível. Não se pretende, aqui, descobrir quais são as múltiplas representações sociais dos moradores de rua que figuram na página analisada, mas apenas perceber como pode-se estar diante um quadro que revela a variedade de construções sociais envolvidas nas imagens atribuídas a essa população. Uma vez que se interessa por tudo o que dota de significação a relação entre sujeito e objeto, os elementos informativos, cognitivos, ideológicos, atitudes, valores, crenças, imagens, constituem a materialidade de onde o pesquisador das representações sociais poderá extrair os dados necessários à “tarefa de descrevê-la, analisá-la, explicar suas dimensões, formas, processos e funcionamento” (JODELET, 2001. p 34). No entanto, como alerta Garnier em seu artigo sobre as principais correntes que se dedicam ao tema, o que importa são as interações e não os substratos (GARNIER, 2015, p 11). Nesse sentido, o material levantado pela análise dos discursos só pode ser admitido

articulando-se “elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm. (JODELET, 2001, p 38)

A própria forma como os administradores apresentam o objetivo da organização corrobora para a pertinência da noção de representação social. Para eles “o projeto busca ressignificar as pessoas em situação de rua contando suas histórias e criando identidade para transformação social”, visando provocar uma “verdadeira mudança” no modo como essas pessoas são vistas pelo resto da sociedade (site #JUNTOSTRANSFORMAMOS, 2018).

Uma das premissas da teoria é o caráter ativo das representações sociais, na medida em que interferem nas relações humanas e produzem efeitos sensíveis. Em seu estudo sobre a representação social da AIDS, na década de 1980, Jodelet identificou

a ativação de uma visão moral que fazia com que a doença fosse vista como espécie de castigo divino que condenava a licenciosidade sexual. Também percebeu como a relação entre a doença e mitos ligados a aspectos biológicos justificavam o medo do contato com portadores da síndrome, resultando no surgimento de espaços de internação especializados. Para a autora, cada novidade engaja um quadro de pensamento pré-existente, fazendo com que as representações sociais não sejam meras invenções em função de novos acontecimentos, mas sim um processo constante de reativação de saberes anteriores. (JODELET, 2001) Assim, é possível pensar não só na representação social do morador de rua como uma significação construída de diferentes formas por um indivíduo ou grupo considerando-se a realidade material, social e ideal em que estes se inserem, como perceber a publicação dos relatos “autobiográficos” como um dado novo que exige a reorganização da posição do morador de rua nos quadros mentais de cada um dos leitores, quadros que são ligados à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva de cada um dos frequentadores da página.

Dentro dessa perspectiva, compreende-se, então, essa mudança que os administradores do projeto pretendem provocar como um fator que, para além da dinâmica de debates no ambiente on-line, interfere ativamente no mundo off-line, já que uma das atribuições da representação social é atuar como um guia para as ações e trocas cotidianas. (Ibid. 2001)

Ao estudar incidência da comunicação na constituição das representações sociais, Moscovici destaca a desigualdade do acesso a informações, não apenas por uma questão técnica ou tecnológica, mas em função dos interesses, da implicação dos sujeitos e das pressões sociais sofridas pelo indivíduo. Nesse contexto, a arquitetura da rede social Facebook adiciona um fato interessante ao promover o encontro de pessoas que se interessaram pelo tema por diferentes razões. O que se vê nos comentários das publicações são manifestações ligadas a diversos valores e códigos que expressam uma multiplicidade de sujeitos atentos a um mesmo objeto, mas ligados a representações sociais dos moradores de rua nem sempre convergentes.

3 - O Morador de Rua na Rua e no Facebook

Quando entrevistada sobre a origem e a forma como surgiu o projeto Rio Invisível (VELLOSO, 2015), uma das administradoras revelou a dificuldade que teve em fazer o primeiro contato com o morador de rua. Ela relata que passou alguns dias

com a câmera fotográfica na bolsa mas temia não ser compreendida em sua proposta, podendo até mesmo suscitar algum tipo de comportamento agressivo. Tal fato corrobora a ideia mais ou menos generalizada de que se trata de uma população identificada como rebelde ao contato social, trazendo riscos para aqueles que se dispõem a se aproximar deles. Já no ambiente virtual os riscos físicos são obviamente inexistentes. Uma das novidades trazidas pela página foi trazer para o convívio (pelo menos digital) indivíduos dos quais muitos preferem preservar certa distância, mesmo que o sentimento direcionado a eles se aproxime da piedade ou compaixão.

O próprio não-pertencimento do morador de rua ao ambiente tecnológico pode ser problematizado no sentido de que é evidentemente necessária a mediação para que este possa acessar a rede (mesmo que indiretamente) e figurar entre os atores que a compõem. A dinâmica de uso do Facebook requer uma certa subjetivação daquele que escreve. Cada usuário, sendo “proprietário” de seu respectivo perfil ou página, é convidado a falar de si, de algo que seja pertinente a sua identidade dentro do dispositivo. Como coloca Fernanda Bruno, “parte da sociabilidade na Internet envolve a exposição voluntária de dados pessoais, narrativas e registros diversos da vida cotidiana” (BRUNO, 2013, p.125). Assim, a apreensão da ferramenta para a publicação de relatos desses “excluídos digitais” em primeira pessoa leva a duas reflexões.

A primeira diz respeito ao pacto de autoria. A proposta de Philippe Lejeune, que coloca a necessidade de uma relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem para que haja autobiografia, complica-se. (LEJEUNE, 2008) A figura do autor, entendida como o responsável pela produção intelectual do texto, pode, ao mesmo tempo ser atribuída ao sujeito de quem se fala, narrador e personagem da história (o morador de rua), entendendo, dessa forma, aquele que publica o texto como um porta-voz que apenas transcreve o que ouviu; ou pode ser atribuída à pessoa que escreve, problematizando, assim, o ato da transferência de suporte e as estratégias discursivas e estilísticas que podem estar presentes no ato de transformar um discurso oral em escrito.

A adesão à página “Rio Invisível” depende da aceitação de que se trata das palavras exatas do personagem, acredita-se na autenticidade das informações, por mais ciente que se possa estar da existência necessária de um mediador. É claro que fica a dúvida do quão fidedigna foi a transcrição, se foram adicionadas ou subtraídas palavras, palavrões, expressões, vícios de linguagem, mas, em geral, a autoria parece ser atribuída ao entrevistado. Pela leitura dos textos, nota-se um tom quase sempre ameno na

descrição dos acontecimentos, por mais trágicos que sejam, porém, fica difícil saber se isso é devido à interferência do mediador ou pela frieza da leitura de uma conversa que foi oral. Na transposição de uma fala para um texto escrito, ficam faltando elementos que modulam o tom daquilo que foi dito, como a interação entre os envolvidos, o olhar, o tempo das pausas entre as palavras.

O segundo aspecto a ser destacado ao se analisar a produção textual do site é a dimensão política-cultural que determina não só a existência da página, mas também a opção pela forma do testemunho. Trazer para dentro da rede social algo que, quando diante da sua presença física tendemos e preferimos ignorar, tem um objetivo claro de alterar as estruturas que dão conta do significado construído acerca dessa população. A escolha das narrativas pessoais que trazem para dentro do texto a autoridade da experiência vivida dialogam com o código estético que melhor caracteriza a existência de uma vítima (da miséria, da falta de estrutura familiar, do preconceito social). Como coloca Paulo Vaz:

Cada vez mais, acredita-se que o melhor é que o próprio sofredor se represente para a audiência, pois ninguém pode falar em seu nome e só pode falar de uma condição quem passou por ela. Desde quando surgiu a Internet, esse dispositivo técnico que permite a qualquer um tornar-se emissor, a recusa da distância entre representante e representado, entre, no caso, observador e sofredor, permitiu a explosão dos relatos autobiográficos na forma testemunhal. (VAZ, 2015, p. 9)

No desenrolar do discurso sobre si vão aparecendo formulações sobre o próprio sofrimento, motivos e culpados pelo sofrimento. A própria incompetência do Estado e a crueldade da sociedade (que julga, maltrata, ignora) são temas frequentes e revelam valores e definições do que é o sofrimento, bem como falhas e vilões.

Percebe-se, então, um certo jogo de inversão do que é da ordem do público e o que é da ordem do privado, o que parece ter sido intencionalmente escolhido como ferramenta dotada de autenticidade já que é o próprio sujeito da experiência que fala. O conteúdo das publicações se baseia, fundamentalmente, na intimidade dessas pessoas que revelam histórias carregadas de dor, traumas e humilhações. Para criar um espaço de visibilidade a essas pessoas ditas “invisíveis” os administradores da página precisam do consentimento de cada um para tornar público aquilo que entre as poucas coisas que eles possuem, é o que há de mais privado: suas memórias. Muitos consentem, mas nem todos, alguns demonstram gratidão pelo simples fato de alguém ter parado para ouvi-los, já que o mais comum é que sejam ignorados ou vistos como ameaça (Ibid. 2015). Ao revelar suas histórias de vida, torna-las públicas, o projeto pretende conferir uma

identidade própria ao que parece ser visto como uma massa homogênea, conferindo nomes próprios a portadores de histórias de vida singulares (BORTOLI, MONTIPÓ, 2016). Emergem nomes, memórias, trajetórias, desejos, perspectivas que, pela possibilidade de recuperação e por permitir integrar outros usuários a partir de recursos como “marcar” um amigo, vão percorrendo diferentes caminhos de visibilidade: “Fulano, a página que te falei” é um dos comentários mais comuns. A apropriação dos recursos tecnológicos em favor de causas ou bandeiras explora a possibilidade de mudança da forma de interação entre os atores que compõem o corpo social. Tais dispositivos de visibilidade permitem o diálogo, o agenciamento de grupos, o engajamento. “Para muitas pessoas, a comunidade virtual permite uma expressão mais livre dos inúmeros aspectos de si mesmas. Mas se trata de algo que também se vive no “resto da vida” (TURKLE, em entrevista a CASALEGNO, 1999, p. 119) Assim, é interessante perceber como o leitor que comenta também exterioriza, algumas vezes de modo intransigente, o que devia ser particular, como a sua opinião pessoal, sua fé, seus votos de boa sorte aos que se encontram vulneráveis.

Em muitas histórias são revelados fatos como o uso de drogas, o alcoolismo e até mesmo crimes, como tráfico de drogas, e tem-se a impressão que o assunto para muitos não representa um tabu. Normalmente lamentam e fala que gostariam de “largar”, mas não escondem e nem se desculpa por isso.

Fiquei preso por quatro anos por tráfico de drogas. Eu vendia maconha e pó, aí rodei. E, hoje, estou há dez anos afastado do tráfico porque eu quero. E se eu quiser voltar também, eu volto, mas pra mim não vale a pena. (Relato de um dos entrevistados publicado na página Rio Invisível, 2016)

O fato de morar na rua, de ter que mendigar para comer, coloca esses indivíduos na contramão do autocontrole, dos padrões sociais, do gerenciamento de si, valores tão caros a nossa sociedade contemporânea. São pessoas que chegaram ao que se considera o “fundo do poço”. Sua presença incomoda, deteriora o espaço urbano e reaviva a memória do nosso fracasso enquanto sociedade justa e igualitária. Lendo as “biografias”, no entanto, aparece uma outra forma de leitura desse comportamento: indivíduos que negaram a submissão a pessoas que os oprimiam (pais agressores, madrastas e padrastos, situações abusivas), que viram na rua uma possibilidade de uma vida liberta, que negaram posições indignas de sobrevivência (trabalhos em regimes de semiescravidão, abrigos que mais parecem prisões, internações). Ao se manterem como indivíduos a margem da sociedade de consumo, ao mesmo tempo em que lhes é negado

o conforto, a visibilidade, a aceitação social, eles também parecem negar certas imposições dos padrões de comportamento.

4 - Os Comentários

A leitura conjunta dos relatos e a repercussão que eles geram evidencia a presença em um mesmo ambiente de indivíduos portadores de visões de mundo bastante diversas. Por mais que cada tipo de relato apresente uma tendência de reação, mesmo entre aqueles que compartilham uma certa compaixão ou rejeição acerca do conteúdo, nota-se diferenças nos motivos que levam cada um a adotar a posição que manifestam. Por exemplo, em relatos extremamente traumáticos, em que a história revela situações de abuso e carência desde a época em que eram crianças, as respostas dos usuários da página revelam que fatores como religião, experiência pessoal próxima, posicionamentos políticos perpassam um bom número de falas. A respeito de uma mesma publicação de um rapaz que virou morador de rua por conflitos com a família que não aceitou a sua homossexualidade, os leitores comentam

“Volte a estudar, não importa o que você seja, você é muito simpático e, tem uma vida inteira passageira. Deus está com você”. (Comentário publicado na página Rio Invisível, 2016)

“Homem foi feito pra mulher e vice-versa. Deus não te ama”. (Comentário publicado na página Rio Invisível, 2016)

“Deus não é separado, não tá do lado de fora. Deus tá dentro da gente. Se não fosse por isso eu ainda teria muita casca grossa em mim, mas dói tirar. <3 Que pessoa incrível! Queria muito poder dar um abraço apertado no Rafael!”. (Comentário publicado na página Rio Invisível, 2016)

“Tenho uma história bem parecida com a tua ...a diferença é que minha mãe me colocou na rua ...porque engravidei aos 16 anos... mas graças a Deus ...hoje tenho minha casa ...minha família. ..e sou muito feliz! Importante é nunca desistir. Boa sorte cara.” [sic] (Comentário publicado na página Rio Invisível, 2016)

“Existe muita rejeição no mundo isso é triste, Por ser , Homossexual por ser Gordo, Negro, Camelo. Hoje pensei na esposa do Sergio Cabral, Aiana Ancelmo. Quantas pessoas a tratava super bem pela sua posição social. E pelo que parece era uma pessoa estranha. Mas a grande maioria é assim.” [sic] (Comentário publicado na página Rio Invisível, 2016)

Um dos relatos que mais gerou reações negativas foi o de uma mãe que lamentava a perda da guarda dos seis filhos por causa do vício. A mulher em questão estava grávida pela sétima vez. Alguns comentários eram bastante hostis e chamavam a atenção para a negligência e abandono das crianças (o que foi amplamente rebatido pelos demais membros da comunidade, que acusavam os autores das mensagens de

preconceituosos). Pode-se perceber uma linha tênue que separa as duas visões e a forma como a inserção do relato autobiográfico contribui para que esse seja um espaço em que o choque entre diferentes entendimentos apareça, o que fornece um rico material para a apreensão de certos valores que regem condutas sociais. Para alguns, as circunstâncias que levaram aquela mulher à situação em que ela se encontra aparecem como critério para o sentimento de pena e compaixão, para outros, o princípio do não-dolo se coloca como principal elemento, na medida em que o vício impõe a criaturas inocentes, crianças, o sofrimento de uma criação inadequada.

Também é possível perceber conflitos de perspectivas quanto à questão da dimensão política e da mobilização social, problematizada no que diz respeito a sua eficácia. Lendo os comentários percebe-se que algumas ações acontecem na prática, como doações, atendimento médico, entre outros tipos de atitudes de cunho assistencialista. A relativa autonomia possibilitada pelas próprias ferramentas do Facebook permitiu a criação quase que instantânea de um grupo paralelo, uma outra página chamada “Rio Invisível – mãos à obra”, dedicada exclusivamente a organizar ações que extrapolassem o ambiente digital e levasse assistência material diretamente às pessoas em situação de rua que figuravam na página original. Tal empreendimento seria muito mais dispendioso e complicado se não fosse o agenciamento da rede social que abriga as iniciativas. Sobre a conexão entre a internet e o engajamento social, Castells percebe que “os movimentos que observamos encarnam o projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar sua autonomia em relação às instituições da sociedade”. (CASTELLS, 2013, p. 167)

Por outro lado, percebe-se também que é comum o uso do ambiente para expressar o lamento perante o sofrimento alheio, posicionar-se como alguém atento e participante da causa, podendo às vezes até levantar acusações (contra o Estado, a sociedade, os preconceituosos, os racistas), mas, em geral, parece que a atitude solidária termina por aí. Esse é, inclusive, um dos principais temas de discussões nas caixas de comentário, sendo frequente “troca de farpas” entre os membros.

Em tempos em que o debate entre o discurso da responsabilidade social da comunidade versus meritocracia se encontra acirrado, principalmente dentro da própria plataforma online que hospeda a página em questão, o sucesso relativo do projeto parece conter uma ambiguidade. A figura do marginal de rua, do pivete, daquele que merece ser linchado, que traz a insegurança e violência para perto da “população de bem” é o mesmo personagem que se apresenta como dono de uma biografia capaz de

gerar compaixão e solidariedade. Se no primeiro caso ele é o causador do sofrimento de um inocente (aquele que mata, que rouba), no segundo ele é a vítima de um sofrimento causado por outro. Sua história poderia ser outra caso sua trajetória fosse diferente, se tivesse encontrado apoio familiar, se tivesse encontrado ajuda nos momentos em que mais precisou.

Na fronteira entre o “vagabundo” e o desamparado é que vive essa figura tão presente no cotidiano das grandes cidades. Ventura (2011) discorre sobre a separação na cultura Antiga do conceito do pobre (dado de nascimento, ligado a sua posição na hierarquia social) e do indigente (resultado da indolência dos que preferiam esmolar, estrangeiros não-cidadãos ou vítimas de infortúnios). Nos dias atuais, em que a cidadania não mais funciona como regra de separação, o que determina em qual dessas categorias o sujeito vai figurar, em princípio, depende da empatia e de certos critérios em geral extraídos de uma análise aparentemente superficial: se é jovem e poderia estar trabalhando ou um idoso que não tem mais condições de fazer esforço, se é deficiente físico ou mental, o modo como aborda as pessoas, etc. Conhecendo suas histórias, adicionamos mais elementos que podem pesar no momento dessa seleção: se tiveram família, cuidados, educação. Se foram violentados, se tiveram oportunidades. A existência de um espaço de visibilidade que permite ao cidadão comum ter acesso a essas biografias, pode, portanto, ter um papel importante na decisão da posição que esses indivíduos ocuparão, influenciando a construção de representações sociais que orientarão a decisão se são dignos de pena ou merecedores de punições.

5 - Conclusão

Se o universo online pode ser visto como um espaço onde se vive verdadeiramente (Horst & Miller, 2012), o contato via rede social digital entre as classes mais favorecidas (pessoas que possuem moradia regular e acesso à internet, pelo menos) e aqueles que vivem nas ruas pode ser visto como um contato verdadeiro pelo menos para uma das partes, a que de fato “está na internet”. Do outro lado desse diálogo a ponte só foi possível por intermédio dos criadores do projeto que viabilizaram a publicação, mas esses se vão antes que chegue a resposta. No entanto, o que o presente artigo procurou demonstrar foi que, para além de uma resposta imediata por parte da audiência, a relevância da existência de um espaço de visibilidade como o Rio Invisível está na possibilidade de agenciar diferentes representações sociais acerca do fenômeno

de pessoas que vivem e dormem no espaço público, induzindo senão o debate, pelo menos o contato com outras concepções sobre a posição que tal população ocupa na sociedade, permitindo a elaboração de novas atitudes no enfrentamento do problema.

Diferentes indivíduos ou grupos, dependendo de suas posições e condições sociais, vão retirar cada qual a sua maneira as suas significações frente a um mesmo objeto, vão reativar pensamentos anteriores, vão estar ligados a maneiras diferentes de ver as coisas do mundo, vão estar ligados a diferentes estados de conhecimentos científicos, vão ter acesso a diferentes quantidades ou qualidade de informação, ou mesmo, no nível individual, vão ter experiências ou serão afetados de formas diferentes. Todos esses fatores mencionados compõem a complexidade das representações e participam ativamente da sua gênese e suas dinâmicas, e se aglutinam como uma espécie de saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade e que atuam de forma direta no mundo, estando presentes nos discursos, na escolha das palavras, nas trocas de mensagens, nas condutas. Em suma, as representações sociais interferem nas relações humanas e produzem efeitos sensíveis, efeitos que podem ser pelo menos parcialmente observados “nos rastros dos encontros sociais” (PRIMO, 2012, p. 19) fomentados pela página Rio Invisível.

6 - Referências Bibliográficas

- BELELI, I.; PELUCIO, L. Aperte play para iniciar: desafios metodológicos de pesquisas nas mídias digitais. In: DURÃO, S.; FRANÇA, I.. (Org.). **Pensar com método**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.
- BORTOLI, S.; MONTIPÓ, C. Cidades invisíveis: as experiências de outros jornalismo em grandes centros urbanos. **XXV Encontro Anual da Compós**. Goiânia, 2016.
- BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CASALEGNO, F. "Entrevista com Sherry Turkle: fronteiras do real e do virtual". **Revista Famecos**, n. 11, p. 117-123, 1999.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Facebook. **Rio Invisível**. Rio de Janeiro. Disponível em: facebook.com/rio.invisivel/
Acesso em: 14 de maio de 2019.
- GARNIER, C. Les représentations sociales: entre l'individualisme et l'holisme. **TrajEthos**, 4(1), p. 9-24, 2015.

HORST, H. A.; MILLER, D. (Ed.). **Digital anthropology**. Londres/Nova Iorque, A&C Black, 2012.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 24, n. 3, p. 679-712, 2009.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2008

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In Jodelet, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf

O'REILLY, T. **Highlights from the O'Reilly Software Architecture Conference in San Jose**. O'Reilly Publishing, 2019. Disponível em:

<https://www.oreilly.com/ideas/highlights-from-software-architecture-san-jose-2019>

PEREIRA, A; DANTAS, B. S. DO A,. Os laços entre memória e ideologia: as narrativas da população de rua. **Athenea Digital**, 18(3), e2083. 2018.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol.1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PRIMO, A. O que há de social nas mídias sociais? Reflexões a partir da teoria ator-rede. **Contemporânea | comunicação e cultura** - v.10 – n.03 – p. 618-641, set-dez 2012

VAZ, P. A compaixão, moderna e atual. In: FILHO, J. F.; COELHO, M. G. P. **Jornalismo, Cultura e Sociedade: visões do Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Sulinas, 2014.

VELLOSO, D. **Um Rio de Janeiro que talvez você não conheça**. Agência de notícias da Favela. Rio de Janeiro, 14 abr. de 2015. Disponível em: <https://www.anf.org.br/um-rio-de-janeiro-que-talvez-voce-nao-conheca/>

#JUNTOSTRANSFORMAMOS. Histórias. #juntostransformamos: **Rio Invisível**. 2018. Disponível em <https://oifuturo.org.br/historias/juntostransformamos-rio-invisivel/>

Percursos entre Memória e História no Museu Sankofa Rocinha

Alessandra Silveira da Cruz Mestranda em Comunicação Social PUC-Rio

Resumo

Em 2007, um grupo de moradores da Rocinha começou a reunir depoimentos, fotografias, documentos e objetos com o objetivo de contar a história da favela. O projeto tornou-se um museu. Este artigo pretende analisar a relação entre memória e história a partir do acervo e ações promovidas pelo Museu Sankofa Rocinha. A hipótese é que, ao reunir as memórias da favela, a equipe do Museu pretende não apenas reconstruir e preservar essa história, mas opôr-se à própria história oficial e à representação feita da Rocinha, principalmente nos grandes veículos de mídia. Constituído como um museu de percurso, o Sankofa torna toda a favela um lugar de memória e usa o audiovisual como suporte para registrar, arquivar e expôr essa memória.

Palavras-chave: Memória, História, Favela da Rocinha, Museu, Favela.¹

1. Introdução

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la,
isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado. (Antonio Cícero)*

No poema Guardar, Antonio Cícero propõe que a melhor forma de guardar alguma coisa é colocá-la à vista. Expôr as memórias e o cotidiano da favela foi a forma que os criadores do Museu Sankofa Rocinha - Memória e História encontraram de reconstruir e preservar a história da comunidade que se formou há pouco mais de cem anos no Rio de Janeiro. Este artigo pretende analisar a relação entre memória e história a partir do acervo e das ações promovidas pelo museu desde a sua criação, em 2007.

Para a realização deste trabalho foi feita uma entrevista em profundidade com o historiador Fernando Ermiro. Morador da Rocinha desde que nasceu, ele é dos um dos integrantes da direção do museu e está na equipe desde a fundação. Além da entrevista, foi feita uma breve pesquisa de campo, com a participação em uma das atividades

¹ GT4 - Comunicação, Narratividade e Discursos Midiáticos.

oferecidas pelo museu: o Rocinha Histórica Tour, um passeio de cerca de duas horas pelas ruas e becos da favela no qual a história da comunidade é contada desde 1500 até hoje.

Pudemos notar na visita e principalmente na entrevista que as ações do museu valorizam e evocam a todo tempo o papel da memória que ainda está viva entre os moradores mais antigos para ser contada aos jovens e fortalecer neles o vínculo, o sentimento de pertença àquela comunidade. A memória teria então o papel de reconstruir a trajetória de luta e a produção de cultura que normalmente não aparecem nas representações feitas sobre a favela. Embora a história da Rocinha não esteja narrada nos livros, seu cotidiano é registrado constantemente pela imprensa, em reportagens que em geral enfatizam a violência e os problemas do lugar. Aqui nos remetemos à reflexão de Andreas Huyssen, quando afirma que "sabemos que a mídia não transporta a memória pública inocentemente; ela a condiciona na sua própria estrutura e forma".

Assim, de acordo com interesses próprios, a mídia repete a tradição historicista apontada por Walter Benjamin e estabelece uma relação de empatia com os vencedores, aqueles para quem a favela é um problema a ser resolvido, extinguido, eliminado da paisagem:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvêia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1987, p. 225).

A hipótese aqui levantada é a de que, ao reunir as memórias da Rocinha, o museu pretende não apenas reconstruir a história da favela, mas opôr-se à história oficial ou até mesmo recontá-la sob um outro ponto de vista: o dos vencidos. No dizer de Benjamin, o que eles pretendem é "escovar a história à contrapelo". Intenção que se apresenta já no início da visita guiada, na parte mais alta da favela. Ali, Ermiro explica aos visitantes que a região era habitada pelo povo Tupi quando os portugueses chegaram ao Brasil, e que os índios já sabiam que aquela era uma das regiões mais chuvosas da cidade. Eles chamavam a Pedra da Gávea de *Metarecanga* – que significaria aquela que vive constantemente nublada. A percepção dos índios é comprovada pelos pluviômetros utilizados hoje para fazer a medição de chuvas na cidade. O historiador também conta que, anos mais tarde, a Rocinha ficou entre dois quilombos. Em seguida ele passa à comunidade atual, que

começou a se formar no início do século passado, pelos operários que trabalhavam nas fábricas de algodão da Gávea e precisavam morar perto do trabalho. Partir das histórias dos índios, dos negros e, por fim, dos operários, é o modo que a equipe do museu encontrou de deixar claro que eles querem contar a história sob outro ponto de vista: "a gente faz uma opção de contar uma outra história. A gente conta uma história que é inclusiva, porque a história que a gente tem oficial ela exclui. Ela faz escolhas e recortes".

2. A Favela é o Museu

Antes de seguir com a análise pretendida neste artigo, será feita uma breve contextualização sobre o Museu e sua atuação na Rocinha. Em 2007, foi realizado na favela o I Fórum Cultural, que reuniu moradores com trabalhos na área sócio-cultural a fim de pensar propostas para a educação na comunidade. Ao discutir a questão da história, foram recordadas ações como o Varal de Lembranças, um projeto que, no final dos anos 70 reuniu depoimentos e outros materiais sobre a história da Rocinha e resultou na publicação de um livro. No fórum, também foi falado sobre o Ação Griô (2007), que coletou histórias de moradores mais antigos sobre as brincadeiras de sua infância. A partir desses relatos percebeu-se que ali já havia um acervo rico para ser explorado e ganhar visibilidade e surgiu a proposta da criação de um Centro de Memória. Em 2011, o Instituto Brasileiro de Museus, o IBRAM, reconheceu o Museu Sankofa Rocinha - Memória e História.

O nome Sankofa vem de Gana, de um *adinkra* – conceito resumido em um símbolo. Neste caso o símbolo é um pássaro que tem os pés firmes voltados para a frente, mas a cabeça virada para trás. Segundo Ermiro, ele traz a ideia de que para planejar alguma coisa e seguir adiante é preciso olhar o que aconteceu, voltar-se para o passado e dele extrair o que foi bom.

No momento desta pesquisa, o Museu não tem uma sede própria e realiza suas atividades através de instituições parceiras da própria Rocinha e também de fora da favela. Ele se constitui inicialmente como um museu de percurso. Neste sentido, poderia-se afirmar que o Museu transforma toda a favela em um lugar de memória. A expressão é apresentada pelo historiador francês Pierre Nora, segundo o qual os lugares de memória compensariam a falta dos "meios de memória" e responderiam ao sentimento de ausência de uma memória espontânea e à necessidade de criar arquivos para evitar a perda de uma identidade: "a razão fundamental de um lugar memória é parar o tempo, é bloquear o

trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte e materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais". (NORA, 1993, p. 22)

Nora também sinaliza que um lugar de memória não precisa ser um local específico. Ele pode ser um objeto, uma associação, um documento, etc. desde que revestidos de uma aura simbólica. Neste sentido, a descrição também pode se estender aos objetos coletados pelo museu através de doações para o acervo, que hoje totaliza cerca de 20 mil peças, entre fotografias, vídeos, documentos, cartas, jornais, escrituras, contas, etc. "A favela inteira é museu. Os moradores são o museu. Cada tijolo levantado, cada árvore derrubada é museu", enfatiza Ermiro. Deste modo, como lugar de memória em constante deslocamento, o museu ajudaria os moradores a reencontrar o sentido de pertencimento à comunidade, através da identificação com o acervo. Nas palavras de Antônio Firmino, outro integrante da equipe, "o morador deve usar o museu" (FIRMINO, 2007, p.10)

Claro a sede do museu vai ter exposições permanentes e temporárias, mas não só. A gente precisa que o museu vá para o beco. Então a birosca tem que ser um lugar de exposição, uma loja de suco tem que ser um lugar de exposição, o caminho do morador tem que ser o lugar de exposição, porque são moradores, são trabalhadores. Trabalhadores não têm tempo de ir ver uma exposição, então eu preciso colocar a exposição no caminho dele, e uma exposição em que ele se reconheça. (ERMIRO, 2019)

Nesse movimento de aproximação com os moradores, desde a sua criação, o Sankofa promoveu e participou de diferentes ações dentro da favela, como o projeto Memória Rocinha, desenvolvido em parceria com o Instituto Moreira Salles. Imagens selecionadas do acervo fotográfico do Instituto, com a Rocinha vista de fora, foram "refotografaram", mostrando as transformações ocorridas ao longo do tempo e o crescimento da comunidade. O projeto também coletou depoimentos de moradores da Rocinha, Gávea e São Conrado. A partir da foto como um "gatilho de memória", os entrevistados contaram histórias, registradas em vídeos, sobre os lugares mostrados nas imagens.

Atualmente, o Museu tem desenvolvido dois projetos: o Rocinha Histórica Tour e o Chá de Museu. Centenas de turistas, principalmente estrangeiros, visitam a Rocinha todos os meses, mas a maioria deles cruza a favela em *jeeps*, praticando um turismo que se assemelha aos safáris africanos e é visto pelos integrantes do museu como uma prática "predatória", sem contato, sem história, enxergando o morador como o habitante de um mundo exótico que vale a pena ser fotografado, mas com o qual não vale se misturar. A

proposta do Rocinha Histórica Tour é o oposto. Percorrer a favela a pé, adentrar os becos, sentir os cheiros, ouvir os sons, conversar com os moradores, escutar a história contada por eles e romper com muros invisíveis.

O Conde não precisava construir o Muro. Já existe um muro. E a Rocinha histórica é isso. É atravessar o muro. Você quer conhecer o morro? Vai lá pra ver o que a gente está fazendo. Mas com uma alternativa diferente desse safari que é feito. Eu preciso que você conheça a história local. A história do morador. Senão você pode ir pro *Wikipedia*, põe lá "Rocinha" e tem. Dar bom dia... essa sociabilidade mesmo. Viver o lugar. Quando a gente fala experimentar, é isso, é essa experiência, não é cruzar de jeep. (ERMIRO, 2019)

No dia da ida ao Rocinha Histórica Tour, havia mais um visitante participando do roteiro, que foi feito a pé, não só nas vias principais da favela, mas entre os becos. Fernando explicou que as visitas são mais procuradas por "gringos" que têm curiosidade sobre as histórias que ouvem da Rocinha, tanto que o principal meio de divulgação do *tour* é o site Trip Advisor. Durante o trajeto, cruzamos várias vezes com moradores que nos cumprimentavam com acenos ou um "bom dia". Em um ponto do percurso um deles puxou conversa, contando alguma história sobre o nosso guia, que ele conhecia há muitos anos. Depois, outra moradora nos parou para deixar um recado em um vídeo que ela estava gravando e nos convidou para ir a uma festa junina na comunidade.

Para finalizar, outra ação da instituição é o Chá de Museu. O projeto é planejado não para os visitantes, mas para os próprios moradores, principalmente os jovens. Nessa atividade, eles participam de uma roda de conversa com um morador mais antigo e descobrem as histórias que este tem para contar. Cada roda é documentada em vídeo e passa a fazer parte do acervo da instituição.

Neste ponto em que o museu já foi contextualizado, seguiremos com a análise da relação entre memória e história a partir de três eixos: a (in)visibilidade histórica da Rocinha, a memória e seus usos e o problema do arquivo.

3. A questão da (in)visibilidade histórica

No último Censo do IBGE, em 2010, a Rocinha despontou como a maior favela do Brasil. Na ocasião, chegava a quase 70 mil habitantes e era mais populosa do que mais de cinco mil municípios brasileiros. Se forem tomados como referência os números apresentados pela Casa Civil por ocasião das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Rocinha hoje ultrapassa a marca dos cem mil habitantes. Outra característica relevante é sua localização em uma das regiões mais ricas da cidade, a Zona Sul. Nesse sentido, podemos afirmar que ela é a favela de maior visibilidade do país, mas

a questão aqui é pensar que visibilidade seria essa? Como ocorre com outros lugares pobres, a Rocinha não consta nos registros da história oficial. Desde o surgimento da comunidade, os fatos ali ocorridos costumam ganhar visibilidade apenas na imprensa e quase sempre quando são relacionados à violência. O cotidiano, a cultura e as histórias dos moradores permanecem de um modo geral invisíveis ao restante da sociedade.

No imaginário coletivo da cidade, a Rocinha é vista normalmente como um problema ou uma ameaça que precisa ser combatida. Prova disso são as propostas apresentadas por diferentes governantes para "tentar resolver" a questão, tais como projetos de construção de muros, pintura das casas em cores padronizadas e a opção mais radical: as remoções. Ermiro conta que o museu guarda duas cópias de edições do Diário Oficial, uma de 1944 e outra de 1945. Na primeira, o prefeito Dulcídio de Moraes baixa um decreto de remoção da Rocinha. A outra traz o edital de suspensão desse decreto: "É um dos mais emocionantes documentos aqui do acervo. Ele mostra que há muito tempo a Rocinha passa por ameaças".

Por essa razão, a equipe do museu defende que é preciso contar a história da Rocinha e construir outras narrativas sobre esse território para que ele deixe de estar à margem e passe a ser enxergado como parte da cidade. Ermiro diz que se deu conta da ausência da Rocinha na história oficial quando cursou a graduação em História na PUC-Rio e percebeu a história toda referida à Europa, mesmo quando falava do Brasil:

Eu sei tudo da história da França. Eu sei tudo da história feudal. Eu sei tudo da Europa Medieval, de Grécia e Roma, mas eu não sei da Rocinha. Eu não sei porque a Rocinha se chama Rocinha. Esse curso está incompleto, porque eu não sei quem eu sou. O museu, na verdade, é uma estratégia de ocupar o espaço do outro, de pegar a ferramenta do outro. É uma subversão mesmo, de pegar aquilo que é sagrado para o outro e falar "nós também fazemos uso dessa sua ferramenta", justamente porque nós não temos a nossa história contada (ERMIRO, 2019).

Nas Teses sobre o Conceito de História, Benjamin destaca a preferência da história oficial pela versão dos vencedores. Assim como ele, o sociólogo francês Maurice Halbwachs refletiu sobre a tendência da história lida nos livros e contada nas escolas de compilar os fatos que ocuparam maior espaço na memória dos homens, escolhidos "conforme as necessidades ou regras que não se impunham ao círculo de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva". (HALBWACHS, 2013, p. 80)

Teórico mais contemporâneo a também se debruçar sobre o tema, Seligmann-Silva assinala que há uma visão conservadora que separa o trabalho da história e o da memória, para a qual a história é o campo da neutralidade e da objetividade. E há outra, que ao contrário propõe que não existe uma história neutra, porque esta sofreria a ação

mais afetiva da memória: "A memória existe no plural: Na sociedade dá-se constantemente o embate entre diferentes leituras do passado, entre diferentes formas de enquadrá-lo". (2003, p. 67)

Segundo ele, houve um momento em que a suposta neutralidade e objetividade da história passaram a ser questionadas. A partir daí tem-se observado uma ascensão do registro da memória. Esse impulso aparece no ensaio de Pierre Nora, no momento em que o historiador discute a questão do dever de memória, até mesmo para a criação ou manutenção de uma identidade.

"A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um um historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens". (1993, p. 17)

Essa necessidade de encontrar suas origens e se ver representado é um dos argumentos que justificam a criação do museu. Segundo Ermiro é uma questão de representação: "Eu não me vejo quando eu entro no Museu de Belas Artes ou se eu vou para o Louvre. Eu vejo o que? Eu vejo a história do outro. Eu quero ver a minha história. E quem sou eu nessa história? Qual é a minha identidade? A quem eu pertencço?"

A crise da historiografia e a ascensão da memória talvez tenham aberto caminhos para que outra história ou outras histórias diferentes da oficial sejam contadas.

4. Uma memória para ser usada

Além de uma coleção de objetos, fotografias e documentos, o museu se constitui das histórias contadas pelos moradores, construídas a partir de suas memórias. Eles partem da memória individual de cada morador que se propõe a compartilhá-la para chegar a uma memória coletiva, em que as histórias se diluem e completam. Halbwachs analisa essa relação entre as memórias individuais e a memória coletiva, afirmando que a segunda envolve a primeira sem se confundir com ela. Apesar de só podermos nos lembrar do que vimos, vivemos e sentimos, é natural buscar apoio nas lembranças dos outros e em pontos de referência fixados pela sociedade para evocar o próprio passado (HALBWACHS, 2013, p.54). Ele ressalta ainda que mesmo nos fatos vivenciados

coletivamente, cada indivíduo se lembrará de uma maneira, não só por uma questão de ponto de vista, mas por outras vivências pessoais.

Sobre essa questão da subjetividade da memória, Pierre Nora explica que, enquanto a tradição histórica ambiciona reconstituir um passado sem lacunas e falhas, a memória é viva e atual, está em permanente evolução, sujeita à lembrança e ao esquecimento, às deformações, usos e manipulações e ainda comporta uma dimensão afetiva (NORA, 1993, p. 9). O que Andreas Huyssen completa ao afirmar que "a memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social". (HUYSEN, 2000, p. 37)

Todas essas questões envolvendo a confiabilidade da memória não se configuram como um problema aos gestores do museu. Para eles, é natural que os mesmos fatos tenham diferentes versões e não há como pretender obter uma única voz para mais de cem mil habitantes. Ermiro lembra que, se chover na Rocinha, a favela é tão grande que pode ser que não chova em todos os lugares e, ainda que isso ocorra, a chuva irá afetar cada localidade, entre a parte alta e a parte baixa, de um modo diferente.

A memória é um campo de disputas. Isso a gente aprendeu desde cedo no museu, que todas as memórias são honestas, mesmo fantasiosas, porque é como a pessoa está vendo, então não tem como. Por isso a gente chama de versões, por isso também, quando a gente conta a história da Rocinha, a gente bota assim: "uma história da Rocinha", porque é uma versão. O morador está dando uma versão, é o olhar dele. Outra pessoa vai chegar e dizer "mas tem isso". E aí já é um enxerto naquela história. Por isso a gente não discute se ela é honesta ou não, verdadeira ou não. Se a pessoa sinceramente acredita não tem como. E ela é uma testemunha oral, testemunha ocular daquilo (ERMIRO, 2019).

Outro pensador a se debruçar sobre a questão da memória foi o filósofo francês Paul Ricouer, que levou sua reflexão para o campo do esquecimento. Ele destaca que lembrar é um modo de cumprir um dever de memória, o de não esquecer, e que o esquecimento prejudica a própria confiabilidade da memória (RICOUER, 2007, p.424). Ainda segundo Ricouer, a memória é desafiada todo o tempo pelo envelhecimento e pela morte das testemunhas. Desafio que se estende ao museu, já que uma parte de seu acervo irá depender das lembranças dos moradores mais velhos. No entanto, mais adiante, o próprio filósofo vai recordar que é possível trazer à tona lembranças que pareciam perdidas: "esquecemos muito menos coisas do que acreditamos ou tememos". (RICOUER, 2007, p. 448)

Ricouer traz para a discussão sobre a memória a reflexão de como ela será contada e registrada. Para o filósofo, quando uma memória é narrada corre o risco de sofrer os abusos do esquecimento, porque a própria narrativa tem um caráter seletivo: "Assim

como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível" (RICOUER, 2007, p.455). Mais adiante, ele acrescenta:

Pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de reconfiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. (RICOUER, 2007, p. 455)

Ricoeur também recorda que a narrativa torna-se uma armadilha nas mãos de potências superiores que impõe uma narrativa canônica, por meio de intimidação ou de sedução, por medo ou lisonja: "Está em ação aqui uma forma artilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos." (RICOUER, 2007, p. 455)

O desejo de construir as próprias narrativas é uma das razões de existência do museu, que vai se valer da memória com objetivos muito específicos. Em um de seus canais de divulgação, uma página na rede social *Facebook*, o museu se apresenta como um projeto que visa o conhecimento do passado e da cultura da Rocinha com um trabalho "diretamente ligado à autoestima dos moradores, possibilitando a mudança de postura e fortalecimento de suas raízes culturais". Durante a entrevista, Ermiro frisou que o museu não quer apenas colecionar um acervo, mas tem o objetivo de usar esta memória como uma forma de garantia de direitos, principalmente o direito à moradia digna. Na visita à favela, dois problemas ficaram muito visíveis: a falta de saneamento, com várias montanhas de lixo espalhadas pelas vias principais, já que a regularidade da coleta não é suficiente para atender à demanda de toda a comunidade; e a quantidade de casas que não têm sua situação regularizada. Para Ermiro, a falta de um documento faz com que os moradores não estabeleçam um vínculo com o território.

Olha a solidez disso aqui (toca a parede de uma casa). Não consta no mapa da cidade. Então a gente não existe oficialmente. No próprio museu eu falo: a memória não vai me prender aqui, não é a cultura que vai me prender aqui na terra, é o título de propriedade. Isso é o que me deixa aqui, e é isso que a gente precisa lutar para ter. Essa é a coisa mais importante aqui da favela. Porque a partir disso eu tenho uma garantia mínima. Você vê, o Laboriaux é uma remoção de 1982, que levaram lá pra cima, mas eles têm um título provisório de 99 anos, e eles não estão nem aí. E aí eu digo que é a missão do museu transformar esse título em definitivo. O museu não é um hobby. A gente não trabalha memória para ficar colecionando coisas. A gente não é colecionador. A gente quer saber por que eu tô aqui em 2019 e essa casa não está registrada? E ela está aqui com certeza há mais de sessenta anos sem existir nessa matrix. (ERMIRO, 2019)

Ele conta que é uma situação comum conversar com moradores que vivem na Rocinha desde os anos 70, mas afirmam que estão lá só de passagem. Mesmo tendo tido os filhos e muitas vezes os netos na comunidade, eles afirmam que querem voltar para o Nordeste, onde têm um pedaço de terra. Para o historiador uma das missões do museu é pensar essa impermanência, ajudar o morador a entender o vínculo que ele tem com aquele território para que este se sinta motivado a se preocupar com os problemas locais e reivindicar seus direitos junto ao poder público.

Nas discussões sobre a memória, um outro ponto que vale ser abordado para refletir sobre a atuação do Museu Sankofa é levantado por Andreas Huyssen. O pesquisador alemão discute a criação de uma cultura da memória que estaria baseada em uma obsessão pelo tema. "Não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis nesse processo. É como se o objetivo fosse conseguir a recordação total" (HUYSEN, 2000, p.15). Ele também ressalta que há um uso político da memória de acordo com diferentes interesses e cita desde políticas chauvinistas e fundamentalistas que buscam se apoiar na mobilização de passados míticos até os países latino-americanos que sofreram ditaduras e hoje buscam "criar esferas públicas de memória real contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais. Neste sentido, é possível pensar que tornar uma favela um lugar de memória tem um propósito político de dar visibilidade ao território e à comunidade ali instalada. Se "a memória e o esquecimento estão indissolúvel e mutuamente ligados" (HUYSEN, 2000, p. 16), o que o Museu busca é tirar a favela do esquecimento "conveniente" da sociedade .

5. Que memórias guardar para a história?

Pierre Nora fala da obsessão pelo arquivo como uma marca do contemporâneo, uma busca pela preservação integral não só do passado, mas também do presente (NORA, 1993, p.14). Posteriormente, Huyssen, como já foi dito, chama a atenção para o mundo musealizado, que busca a recordação total e que hoje tem tecnologia para acumular cada vez mais materiais, informações e registros em imagens sobre qualquer coisa. Quando se pensa em um museu que pretende reconstruir, guardar e dar visibilidade à memória de mais de cem mil pessoas, questões sobre o que guardar e com quais técnicas de arquivamento tornam-se fundamentais. E quando essa memória não tem o sentido de uma

simples coleção, mas de reconstrução de uma história que não é contada e não está visível, mesmo em um dos lugares com mais visibilidade na cidade, o problema é ainda maior.

A gente tem, por exemplo, uma mesa que foi doada pra gente, uma mesa de mogno construída por um artesão aqui da Rocinha, que é o seu Pedro, mas onde é que a gente vai guardar isso? Provavelmente na futura sede do museu, mas se todo mundo resolver me dar uma mesa, uma cadeira, eu vou ter um grande problema. Se eu pedir para cada morador uma foto, eu vou ter cem mil fotos pra guardar. Então a questão do acervo é isso, e como é que a gente trabalha com isso? (ERMIRO, 2019)

A solução encontrada pela equipe do museu, dada inicialmente pela circunstância de não ter uma sede, foi tornar a favela um museu de percurso, levar o visitante até onde a peça "doada" está, na própria casa do morador. Mas ainda assim fica a questão da guarda dos documentos, fotografias e vídeos. Através de parcerias, todo o material recebido até o presente foi digitalizado. Porém há outros acervos para serem incorporados que estão aguardando a disponibilidade de equipamento e de pessoal para fazer a digitalização. Ermiro acredita que ter os arquivos digitais torna o acervo do museu mais acessível. No entanto, com as constantes mudanças tecnológicas, nas quais os suportes para gravação e visualização vão sendo atualizados, o museu sempre irá esbarrar no problema de como conservar o próprio arquivo. "É uma das maiores ironias da idade da informação. Se não encontrarmos métodos de preservação duradoura das gravações eletrônicas, esta poderá ser a era sem memória" (HUYSEN, 2000, p. 33).

6. Considerações Finais

O trajeto percorrido até aqui nos mostrou que, embora seja a maior favela do Brasil em número de habitantes e talvez uma das mais midiaticizadas não só no país, como no exterior, a Rocinha ainda é representada sob um olhar estrangeiro e colonizador. A história de formação da comunidade, as trajetórias de seus moradores, as múltiplas tradições culturais que convivem naquele espaço não são contadas nos livros. A narrativa recorrente sobre a favela vem da imprensa e está focada no discurso da ausência – o não ter saneamento, não ter coleta de lixo adequada, não ter transporte público de qualidade, não ter moradias regularizadas, etc – ou na tematização da violência de diferentes facções criminosas que disputam seu território.

Neste cenário, o Museu Sankofa Rocinha - Memória e História propõe não só a reconstrução da memória da favela a partir de materiais e depoimentos oferecidos pelos próprios moradores, bem como tornar toda a favela um museu de percurso. A ideia que já vem sendo implementada é que ele possa ser visitado e "usado" para a construção de

uma outra imagem da favela pelos visitantes e, principalmente, pela população local. Através do museu, toda a favela se consolida como um lugar de memória e narra um modelo de ocupação e segregação social que é parte da história da cidade do Rio de Janeiro.

A todo momento, durante a entrevista que foi feita para a realização deste artigo, Ermiro ressaltou que a história da Rocinha não havia sido contada (ou "verdadeiramente" contada), confirmando a visão de Benjamin sobre a tradição historicista de fazer da história oficial sempre a história dos vencedores e não a dos vencidos. Ainda assim, percebemos ao longo do artigo que a ascensão da memória frente à história vem favorecendo a construção de outras narrativas baseadas em depoimentos e registros do cotidiano.

Aqui retomamos a nossa hipótese de que, ao reunir as memórias da Rocinha, a equipe do Museu pretende não apenas reconstruir a história da favela, mas opôr-se à história oficial ou até mesmo recontá-la sob um outro ponto de vista: o dos vencidos. Esta hipótese foi confirmada por Ermiro no final de nossa entrevista: "A gente está disputando a narrativa da história. A gente não está explicando a história, mas como contar a história. Porque os fatos a gente tem. Agora eu preciso ocupar os espaços". E ele explica que a forma de ocupar esses espaços passa principalmente pela educação.

Dentro do critério oficial do Rio de Janeiro, Brasil, mundo ocidental, pra você virar história precisa estar documentado, e a gente quer fazer isso via academia. Por isso a gente estimula tanto a educação na Rocinha, para que o garoto vá para a academia fazer essa história. É muito mais interessante eu ter na academia um exército de gente daqui fazendo. Somos cem mil moradores. São cem mil versões da história, cem mil possibilidades. (ERMIRO, 2019)

Apesar de num certo sentido, essa fala dar a impressão de que o museu quer fazer a história do modo tradicional, formando historiadores como Ermiro dentro das universidades que irão prepará-los para escrever a história, ele mesmo aponta uma estratégia um pouco diferente. Se Nora afirma que "a memória dita e a história escreve" (NORA, 1993, p. 24), Ermiro diz que não quer se prender na versão de que as memórias só poderão virar história a partir da escrita e sugere outros suportes como a exposição e, principalmente, o audiovisual, "até mesmo a ficção", como uma forma de fazer história.

Aí você liga a câmera e tem um arquivo vivo. É uma memória oral sendo compartilhada. E a gente faz questão de ter essa pessoa mais velha e ter o garoto novo pra forçar a geração dele. Os idosos são os guardiões da memória, mas o alvo da memória são os meninos. Essa geração precisa estar aqui reforçada. Como a gente não tem uma história, a gente tem que construir a nossa história. Aqui onde as memórias são diversas. (ERMIRO, 2019)

A proposta de Ermiro vai ao encontro da reflexão de Huyssen sobre a influência que as novas tecnologias deverão ter, tornando-se veículos para todas as formas de memória (HUYSEN, 2000, p. 21). No entanto, apesar do uso da tecnologia, ela também retoma uma das mais tradicionais e antigas formas de transmissão de conhecimento, que já existia inclusive antes da escrita da história: a tradição oral.

"Como não ligar o respeito escrupuloso pelo documento de arquivo – colocar a própria peça sob seus olhos –, o particular avanço da oralidade – citar os atores, fazer ouvir suas vozes –, à autenticidade do direito ao qual fomos habituados? Como não ver, nesse gosto pelo cotidiano no passado, o único meio de nos restituir a lentidão dos dias e o sabor das coisas? E nessas biografias de anônimos, o meio de nos levar a apreender que as massas não se formam de maneira massificada. Como não ler nessas bulas do passado que nos fornecem tantos estudos de micro-história, a vontade de igualar a história que reconstruímos à história que vivemos? (NORA, 1993, p.20)

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o Conceito da História, in: Walter Benjamin - Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet.
- FIRMINO, Antonio Carlos; SEGALA, Lygia. Memória Social, Museu e Trabalho Comunitário na Rocinha. Artigo produzido para ProextCultura. Disponível em: https://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=47:museu-da-rocinha---sankofa---memória-e-história Último acesso em 05/07/2019, às 21h13.
- HALBWACHS, Maurice, *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.
- HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Lugares e Memória*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História. PUC/SP, n. 10, 1993, p. 3-22.
- RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: UNICAMP, 2007.

Sites Consultados

FACEBOOK. Museu Sankofa Rocinha - Memória e História. Disponível em

<https://www.facebook.com/SankofaRocinha/>. Último acesso em 05/07/2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Governo anuncia construção de muro para cercar a Rocinha e mais três favelas. São Paulo. 12/04/2204. Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd120404h.htm>. Último acesso em 05/07/2019.

G1/BOM DIA RIO. Crivella diz que vai reformar fachadas da Rocinha, no Rio, porque ela está muito 'feinha'. Rio de Janeiro. 20/03/2018. Disponível em

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/crivella-diz-que-vai-reformar-fachadas-da-rocinha-no-rio-porque-ela-esta-muito-feinha.ghtml>. Último acesso em 05/07/2019.

IBGE. Censo Demográfico 2010, Aglomerados Subnormais - Informações Territoriais. Disponível em

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf. Último acesso em 05/07/2019.

REVISTA EXAME. As 10 maiores (e mais impressionantes) favelas do Brasil. São Paulo, 10/11/2013. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/as-10-maiores-e-mais-impressionantes-favelas-do-brasil/>. Último acesso em 05/06/2019.

TRIP ADVISOR. Rocinha Histórica. Disponível em

https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303506-d17545538-Reviews-Rocinha_Historica-Rio_de_Janeiro_State_of_Rio_de_Janeiro.html. Último acesso em 05/06/2019.

MILITARIZAÇÃO, MEMÓRIA E MEDO: os reflexos da intervenção militar no Rio de Janeiro¹

Igor Lacerda²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a reportagem Direitos sob 80 tiros (09/04/2019) de O Globo a fim de identificar as memórias de medo, assim como as narrativas de políticos sobre os planos de segurança que utilizam o Exército, mesmo que essa instituição seja preparada para a guerra, não para o patrulhamento e a resolução de conflitos urbanos. Como metodologia, utilizamos a análise de narrativas, seguindo as diretrizes de Ricoeur (1994). Este trabalho revela que os medos narrados pelo jornal podem servir para legitimar os planos de segurança mais repressivos. Esses planos/ideias que são pouco eficazes, mas respondem aos anseios dos leitores e dos eleitores, por isso também são amplamente defendidos por alguns políticos.

Palavras-chave: Memórias de medo; Militarização; Intervenção militar; Narrativas; Rio de Janeiro.

Introdução

No dia 7 de abril de 2019, ainda no início da tarde, o músico Evaldo dos Santos Rosa saiu de sua casa no bairro de Guadalupe, Zona Oeste do Rio de Janeiro, acompanhado de seu sogro Sérgio Gonçalves de Araújo, de sua esposa Luciana Oliveira, de seu filho e de sua afilhada. A família estava indo a um chá de bebê, comemorar o final da gravidez de uma amiga, quando foi surpreendida por homens do Exército. Mesmo diante dessa surpresa, o condutor e os passageiros não se desesperaram, nem ofereceram resistência à investida dos agentes.

No entanto, sem que ninguém esperasse, muito menos sem uma justificativa plausível, os doze militares deram 83 tiros no veículo – nove desses atingiram o músico, que morreu no local. Os moradores da localidade assistiram à cena sem entender o que estava acontecendo. Algumas pessoas, mesmo temerosas e confusas, saíram em defesa

¹ Trabalho apresentado no GT 4 – Comunicação, narratividade e discursos midiáticos durante o XVI Póscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

² Mestrando em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Bolsista FAPERJ Nota 10), pesquisador no Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo (Laccon - UERJ) e graduado em Comunicação Social. E-mail: igorlacerdasa@gmail.com

daqueles que estavam sendo atingidos pelos projéteis. Nessa tentativa de ajudar, o catador Luciano Macedo foi atingido, chegou a ser internado, mas morreu dez dias depois, 17 de abril de 2019.

Esses militares estavam sob a responsabilidade do Comando Militar do Leste, chefiado pelo general Braga Netto – comandou a intervenção militar do Rio de Janeiro, implantada pelo então presidente Michel Temer (Partido Movimento Democrático Brasileiro, antigo PMDB), que durou de fevereiro a dezembro de 2018. É importante lembrar que antes da intervenção, o decreto federal de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) já vigorava no estado, permitindo às Forças Armadas a realização dos trabalhos antes restritos às Polícias Civil e Militar. Teoricamente, a missão de GLO começou em junho de 2017 e terminou em 31 de dezembro de 2018, junto com a intervenção militar. Embora, o Rio de Janeiro tenha um histórico de ações militares na segurança pública, não sendo novidade a utilização de equipamentos e táticas de guerra no combate aos crimes urbanos e no controle dos corpos.

Os militares que atiraram na família de Evaldo e Luciana, estavam supostamente respondendo a um registro de ocorrência emitido na região de Guadalupe, de uma pessoa afirmando que tinha sido assaltada por cinco homens em um sedã branco (mesmo carro das vítimas) às 14 horas, trinta minutos antes do fuzilamento. Ou seja, os militares decidiram dar mais de 80 tiros em um veículo, mesmo sem saber se as pessoas dentro dele realmente participaram no assalto denunciado, revelando um plano de atira primeiro e pergunta depois. Esses homens do Exército não deveriam agir sem investigar, sem ter certeza, ainda mais quando o suposto alvo não oferece resistência ou não ameaça as suas vidas.

Enfim, considerando esse caso e o contexto do Rio de Janeiro que esteve por um ano sob intervenção, o propósito deste trabalho é analisar a reportagem de O Globo, *Direitos sob 80 tiros* (09/04/2019), a fim de identificar as memórias de medo usadas para justificar determinados projetos para a segurança pública, assim como as narrativas de políticos que legitimam a utilização do Exército no combate à violência urbana. É importante destacar que as Forças Armadas são preparadas para a guerra, não para o combate e a investigação dos crimes que ocorrem na cidade, estas são funções das polícias. No entanto, os discursos midiáticos e governamentais têm defendido projetos que prezam pela permanência do Exército nas ruas, como se fossem essenciais e indispensáveis à segurança dos cidadãos.

Para atingir o objetivo proposto, utilizamos a análise de narrativas como metodologia, seguindo as diretrizes teórico-metodológicas de Ricoeur (1994). Este autor contribui para a investigação das produções narrativas, auxiliando principalmente no entendimento do processo de formação de sentidos. Para interpretar as memórias de medo contidas na reportagem, recorremos a autores como Halbwachs (2003) e Weinrich (2001). Além disso, Rocha (2018), Graham (2016) e Agamben (2004) auxiliaram na problematização desse plano de segurança que militarizou ainda mais a cidade do Rio de Janeiro.

Memórias de medo

No topo da página tem uma enorme imagem de Luciana, esposa de Evaldo, levantando as mãos para os céus, com os olhos cheios de lágrima e um evidente desespero. Ela está acompanhada de duas mulheres, uma tenta consolá-la enquanto a outra chora com a cena e o acontecimento. Notamos que a legenda dá tom à matéria, ao mesmo tempo que explica a fotografia, produzindo sentidos que começam a dialogar com as memórias de medo dos leitores: “Sofrimento. Luciana Nogueira, viúva do músico Evaldo Rocha, levanta os braços em desespero pouco depois de chegar ao Instituto Médico-Legal, no Centro: ‘perdi meu marido, meu amigo, meu companheiro por 27 anos’, disse ela”.

Há uma outra foto na página, que pode ser dividida em três planos. Duas mulheres estão no primeiro plano: uma desesperada, com as mãos na cabeça, e a outra usando o celular. No segundo, aparece o carro de Evaldo todo aberto, revelando a destruição causada pelos projéteis dos militares. Já no terceiro, tem um militar em cima de um camburão do Exército. O foco está no carro e no camburão das Forças Militares, as duas personagens estão desfocadas. Mais uma vez, a legenda reforça os sentidos que reverberam o medo: “Crivado de balas. O Carro da família: para delegado, militares pensaram se tratar de um veículo ocupado por ladrões”. Essa legenda contribui extremadamente com a construção da matéria, pois é capaz de produzir significações que ratificam a ideia de apenas um erro por parte dos militares, e não de um assassinato provocado por 80 tiros.

O jornal cria uma narrativa para dialogar com as memórias de medo de seus leitores. E quais são esses possíveis medos? Os mesmos identificados por uma pesquisa do Instituto Data Folha: 76% da população do Rio de Janeiro apoiou a intervenção militar acreditando que ela amenizaria ansiedades/temores como balas perdidas (92%),

confrontos entre policiais e bandidos (92%), assassinatos (87%) e violência policial (70%).

FIGURA 1 – FOTOGRAFIAS DA REPORTAGEM



Fonte: matéria retirada do Acervo online do jornal O Globo. Publicada no dia 09 de abril de 2019.

De acordo com Matheus (2011), as memórias de medo podem ser sensoriais ou imaginadas: as sensoriais são preservadas por pessoas que já passaram por algum caso de violência, como assaltos, sequestros ou agressões físicas, já as imaginadas são mantidas por aqueles que não viveram as situações perigosas diretamente, mas as temem porque um amigo contou ou assistiu no telejornal, por exemplo. Ou seja, mesmo não sendo capaz de reter as memórias por meio de dados sensoriais, por não ter experienciado um crime de forma direta, o conhecimento sobre determinada realidade deriva da confrontação constante entre as vivências praticadas e/ou pensadas.

Halbwachs (2003) destaca essa dimensão social da memória a partir do conceito de memória coletiva. Não nega a existência das memórias individuais, mas entende que elas são formuladas sobretudo pelas memórias que emergem dos grupos sociais. Todas as lembranças, mesmo aquelas mais íntimas, como os sentimentos, estão relacionadas com um conjunto de noções compartilhadas pelos outros: linguagem, lugares, ideias, assim como tudo que compõe a vida e os princípios dos grupos sociais. Para o autor, a memória seria responsável por garantir o funcionamento da vida social, pois, sem referências comuns, a sociedade não vigoraria. Ricoeur (2007) coaduna com este pensamento, explicando que o sujeito que lembra está imerso em uma rede de sentidos com a qual precisa dialogar, até mesmo para transformá-la.

Buscando evidenciar a forma como o diálogo entre o jornal e os leitores ocorre, recorremos ao conceito de tríplice mimesis de Ricoeur (1994). Assim, o objetivo é conceituar mimesis I, mimesis II e mimesis III a fim de articular aquilo que o autor chama de arco hermenêutico, também conhecido como o processo interpretativo da tríplice mimesis.

Mimesis I é o mundo prefigurado, o que seria o alimento do jornalista na hora de escrever uma reportagem. É a forma que o narrador conhece o mundo social que o cerca, com todos os seus acordos, contradições e complexidades, e transfere esses conhecimentos à narrativa. A mimesis I apresenta as seguintes dimensões: estruturais, simbólicas e temporais. A estrutural corresponde especificamente às formas de contar uma história, àquelas compartilhadas por uma determinada sociedade. São os códigos e as normas usadas na produção da narração, por exemplo. A dimensão simbólica diz respeito a crenças, valores e mitos utilizados pelo jornalista para dar sentido à história. E a dimensão temporal corresponde essencialmente às possibilidades da temporalidade portadora, são os tempos passado, presente e futuro contidos na narrativa.

A mimesis II é o que o autor compreende como tecer a intriga, um ato que acontece enquanto se narra. A tessitura da intriga, a mimesis II, media o mundo que precede a narrativa (o mundo prefigurado, mimesis I) e o mundo que vem depois da circulação dessa narrativa (o mundo refigurado, mimesis III). Então, o papel da mimesis II é ligar, por intermédio da produção do discurso em si, mimesis I à mimesis III. Ou seja, ao escrever uma reportagem, o jornalista configura o universo, apresentando novos sentidos ou reforçando os antigos. Segundo o autor, essa mimesis tem a função de configuração, pois, através dela, o narrador produz lembranças e esquecimentos sobre o mundo preconfigurado, gerando outras concepções sobre ele.

Em mimesis III, o leitor é convidado a participar desta trama, podendo se tornar parte integrante dessa produção de sentidos. Mas ele não exerce essa função de forma passiva, pelo contrário: ele tem o papel de reconfiguração – são apropriações e reapropriações feitas por esse sujeito que tem suas próprias visões de mundo. Assim, ao ler a narrativa do jornalista, o leitor tem a possibilidade de concordar com ela, reafirmando os sentidos ali descritos, ou discordar, vislumbrando outras perspectivas e devolvendo novos sentidos ao universo.

A tríplice mimesis pode passar a ideia de circularidade, mas Ricoeur (1994) explica que ela deve ser espiralada. No processo espiralado, mimesis III volta à mimesis I de forma reinventada e, assim, as significações são constantemente transformadas. Todavia, percebemos que a narrativa de O Globo sobre o assassinato de Evaldo vai de mimesis I à mimesis III de forma cíclica, visando abafar o pensamento crítico em relação à ação criminosa dos militares, fixando o leitor nas mesmas perspectivas sobre o tema e, conseqüentemente, potencializando a ativação de memórias de medo. É uma narrativa inflexível, que não apresenta um confronto de ideias e, por isso, podem não produzir novas significações.

Entre as mesmas perspectivas sobre o tema, notamos uma superexploração da dor de Luciana, esposa da vítima assassinada. O sentimento, o medo e o desespero da viúva foram mais debatidos que a responsabilização dos militares envolvidos no caso, inclusive obtiveram mais destaque que a inconsistência das notas emitidas pelo Exército à imprensa. É importante ressaltar que na primeira nota o Comando Militar do Leste (sob as ordens de Braga Netto) esclareceu que seus agentes agiram em legítima defesa, visto que ocorreu uma “injusta agressão” de “dois criminosos que estavam a bordo do veículo”. Na segunda nota, foi dito que os relatos estavam sendo averiguados. Em uma terceira, o Comando Militar do Leste explicou que continuava recolhendo e analisando os depoimentos. Até que, finalmente, em uma quarta nota foi reconhecida a incoerência nos relatos dos soldados, determinando a prisão de todos eles.

A reportagem não denuncia as ações que o Exército vinha desenvolvendo na localidade. Aliás, a narrativa carece da opinião das pessoas que vivem em Guadalupe, são esquecidas as visões dos movimentos sociais e das associações de moradores, grupos tão presentes na história das favelas e subúrbios cariocas (MENDONÇA, 2018). As únicas perspectivas a serem ressaltadas pertencem ao próprio jornalista, bem como aos militares, aos especialistas do direito e à viúva – com um maior destaque à sua dor, ignorando as suas possíveis manifestações contrárias à presença dos militares no bairro.

O jornal gera as memórias de medo quando traz alguns temas à lembrança e subjuga outros ao esquecimento, um processo que é pensado de acordo com os seus próprios interesses. O ato de esquecer não é visto aqui como algo totalmente ruim, pelo contrário: ele é necessário à memorização, pois para lembrar é preciso esquecer. Segundo Weinrich (2001), as pessoas esperam que os meios de comunicação narrem todas as manifestações da vida, mas esse excesso de narrativas que querem ser assimiladas a todo o momento não fomentam o vislumbre de outras realidades possíveis, só a repetição das mesmas velhas ideias. O problema não é o ato de esquecer em si, mas a abundância de narrativas que lembram dos mesmos temas e ignoram outros tantos, sempre apresentando as mesmas ideias e soluções a fim de produzir as mesmas significações. Os pontos de vistas trazidos na reportagem *Direitos sob 80 tiros*, por exemplo, produzem sentidos que remetem sobretudo ao pânico, tendendo a abafar as críticas aos planos de segurança que recorriam às Forças Armadas para a patrulhar, investigar e solucionar os conflitos entre os civis – funções que deveriam ser restritas às polícias já que elas (diferente do Exército) são preparadas para isso.

Rio de Janeiro, uma cidade militarizada

Em 2017, o então presidente Michel Temer (MDB) assinou uma Lei Federal 13.491 dizendo que os crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas contra civis deveriam ser investigados e julgados pela Justiça Militar. A Delegacia de Homicídios até começou a investigar a morte do músico, mas, por causa da Lei Federal, logo passou o caso à Justiça Militar. A reportagem esclarece que o texto cria um espectro de possibilidades, abrangendo dos óbitos ocorridos em operações de apoio à polícia até as mortes provocadas no decorrer de atividades de proteção a instalações militares como quartéis e bases. Inclusive, essa legislação entrou em vigor quando o Exército começou a ganhar protagonismo nas ações de segurança pública.

Os militares envolvidos no assassinato foram denunciados pelo Ministério Público Militar (MPM) na Justiça Militar em 11 de maio de 2019. Foram réus pelos crimes de duplo homicídio qualificado, tentativa de homicídio e por não terem prestado socorro às vítimas. Porém, em 23 de maio de 2019, os ministros do Superior Tribunal Militar (STM) decidiram conceder a liberdade aos envolvidos na operação que resultou na morte de Evaldo dos Santos e de Luciano Macedo. Eles responderão em liberdade ao processo.

Além da ação que tirou a vida de Evaldo e da estrutura de guerra presente na cidade (tanques, armas e soldados), essa lei evidencia a militarização que foi imposta ao

Rio de Janeiro. Assim como Rocha (2018), entendemos a militarização como um processo que traz o “campo de batalha” para dentro das cidades a fim de combater um exército inimigo interno, formado por gangues, milícias, traficantes e outros grupos armados. Conforme a autora, a militarização, viabilizada por questões morais, legais e ideológicas, utiliza agentes treinados para a guerra no combate de crimes urbanos, tornando habitual a presença de soldados nas ruas, nas reuniões que definem os rumos da segurança pública e na gestão da vida dos cidadãos.

Graham (2016) esclarece que na contemporaneidade é comum ver táticas, ideologias e leis essencialmente militares (antes, utilizadas unicamente em momentos de guerra) sendo aplicadas no cotidiano das pessoas que vivem nas grandes cidades. Ele estudou países que se envolveram em guerras, como o Reino Unido, Israel e principalmente os Estados Unidos, para identificar na estrutura desses lugares o que ele chama de novo urbanismo militar, o que também pode ser entendido como a militarização da sociedade civil. Para melhor explicar sua hipótese, o autor apresenta cinco características para esse urbanismo militar: as táticas militares de triagem e rastreamento estão cada vez mais incluídas à paisagem urbana; as táticas de guerrilha são utilizadas para o controle de grupos sociais, movimentos populares e todos aqueles compreendidos como ameaçadores; esse novo urbanismo conta com uma economia vigilante, preocupada em oferecer serviços, seguros e aparatos de segurança; infraestruturas importantes à vida (água, luz, alimentos, telecomunicações) podem ser cortadas ou atacadas em combate, servindo para desestabilizar o inimigo; e as tarefas de rastreio, vigilância e dominação não precisam de novos sistemas de segurança, mas se apropriam daqueles que já existem e, assim, transações feitas por aplicativos via internet fornecem informações sobre um atentado, carros inteligentes são capazes de auxiliar nos projetos de armamentos robóticos, entre outros exemplos.

Além disso, Graham (2016, p. 26) esclarece que o urbanismo militar “[também] se manifesta no uso da guerra como metáfora dominante para descrever a condição constante e irrestrita das sociedades urbanas – em guerra contra as drogas, o crime, o terror, contra a própria insegurança”. Não raras vezes, essa “metáfora dominante” é encontrada nas páginas do O Globo. Na reportagem *Direitos sob 80 tiros*, as seguintes frases não utilizam a metáfora de guerra, mas remetem à ideia de conflito e à eliminação de um inimigo: “durante alguns segundos, confinados dentro do carro, *sob a artilharia pesada de parte da tropa da Vila Militar de Deodoro*”, “se aproximou mais que o razoável do carro *em meio a uma sequência de disparos, foi baleado no peito*”, “mas eles (os

militares) *continuaram atirando e vieram com arma em punho*” e “*militares do Exército continuaram a atirar no carro da família*”.

É essencial ressaltar que em uma cidade militarizada, todos os seus moradores são atravessados pela militarização, alguns mais, outros menos. As favelas do Rio de Janeiro, por mais que muitas vezes façam parte de bairros nobres, são mais militarizadas que o asfalto. Por exemplo, Ipanema é menos transpassado pelas lógicas e táticas militares que a favela do Cantagalo, por mais que ela também faça parte desse bairro nobre. Rocha e Filho (2009) esclarecem que as favelas se tornam fronteiras mais simbólicas que geográficas na medida em que parte amedrontada do senso comum e alguns políticos supõem que todas as suas atividades sociais estejam baseadas pelo ilícito. Esses discursos do senso comum e dos políticos fazem parecer aos formuladores de políticas e aos agentes responsáveis pelo policiamento que a favela é um território que deve ser controlado, sobretudo tendo em vista a sua suposta periculosidade ou, pelo mesmo motivo, combatido em uma guerra em que a humanidade e os direitos humanos são entendidos como nocivos ao interesse público.

Álvaro Quintão, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados (OAB-RJ), disse ao O Globo que esse processo deveria ocorrer na Justiça Estadual, e não na Justiça Militar. Pois, segundo ele, esse caso deveria ser tratado como uma execução, e não como um crime militar: “a ação, no nosso entendimento, mostra que o Exército não tem preparo para o patrulhamento nas cidades. É treinado para matar”. As palavras do advogado são fundamentais, pois revelam a exceção desse caso. O “engano” cometido pelos militares em Guadalupe, na Zona Oeste, dificilmente aconteceria em um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro. O Exército age de uma forma na favela e na periferia, e de outra nos bairros ricos.

O apontamento simbólico das favelas como perigosas e que, por isso, precisam ser controladas pode fazer com que elas estejam mais propensas às medidas de exceção pensadas e aplicadas pelo Estado. Segundo Agamben (2004), o estado de exceção era uma medida atípica que permitia a suspensão temporária de direitos fundamentais para que uma situação adversa fosse enfrentada. Ou seja, são decretos de urgência – respostas imediatas do poder aos conflitos mais extremos – que suspende temporariamente os direitos e as garantias jurídicas dos cidadãos para combater os perigos. Essas medidas eram utilizadas em situações excepcionais, como os momentos de guerra, mas o estado de exceção não acontece mais pontualmente, se apresentando como uma nova forma de

governar. Está previsto em lei, no entanto “apresenta-se como forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p. 12).

Existem pelo menos duas situações que podem ser compreendidas como estados de exceção: o estado de defesa, empregado em uma área determinada que possui uma espécie de calamidade pública ou risco às instituições governamentais; e o estado de sítio que é aplicado em casos de guerra, quando o país está sendo invadido por um exército estrangeiro (ou por inimigos internos, como é o caso dos traficantes), nos dois casos as garantias constitucionais dos cidadãos são suspensas até que o comprometimento da ordem seja solucionado.

Os governos podem recorrer ao estado de defesa para o controle de doenças infectocontagiosas, por exemplo, com o objetivo de garantir que não haja transmissão dessas patologias a outras áreas. Então, durante o estado de defesa, seria habitual que alguns direitos sejam suspensos até que as pessoas sejam vacinadas ou que os doentes sejam alocados em quartos de separados. Casos como o isolamento de alguns bairros supostamente perigosos, a negação do direito de ir e vir, os mandados coletivos de busca e apreensão e o fichamento indiscriminado de sujeitos em um momento de conflitos urbanos são entendidos como medidas de exceção, pois os direitos de muitas pessoas são negados até que um suposto comprometimento da ordem pública seja restaurado.

O bairro da família estava sitiado, diferente de outras partes da cidade. Tinham homens do Exército nas ruas, tanques e armas de muitos tipos. Os moradores estavam sendo vigiados a todos os instantes por soldados que queriam controlá-los. Era preciso identificar quem entrava em Guadalupe, da mesma maneira que era necessário detectar quem saía. Nesse momento de perigo e ansiedade, os direitos foram suspensos temporariamente. Tudo isso para identificar os supostos criminosos que roubaram um Ford Ka branco idêntico ao da vítima, a ordem só seria restituída quando o carro fosse encontrado. Nessa tentativa de recuperar o veículo roubado, um momento de exceção se instaurou, e a família de Evaldo foi metralhada com 80 tiros por homens do Exército. Para Agamben (2004), é justamente este ambiente descrito que configura um estado de exceção.

A função das memórias de medo

O medo é um sentimento recorrente no jornalismo carioca, principalmente no que se refere à produção de sentidos sobre os espaços públicos, não raras vezes representados como lugares de crimes e inseguranças. Problematicar a credibilidade do jornal não é uma

preocupação de pesquisa, nos propomos apenas a analisar como esses temores constantemente (re)elaborados nas páginas de O Globo reiteram os sentidos sobre o pobre como causador da violência, mesmo quando ele é uma vítima. Pensamos também que esse discurso jornalístico cíclico sobre a violência, além de reverberar o medo, interessa (e muito) a alguns políticos.

A reportagem *Direitos sob 80 tiros* de O Globo traz as narrativas das principais autoridades brasileiras sobre a tragédia de Guadalupe. De acordo com o porta-voz do Palácio do Planalto, Otávio Rêgo, o presidente Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal) “confia na Justiça Militar, nos esclarecimentos que o Exército dará por meio do inquérito, e espera que eventos de igual similitude não venham a ocorrer”. O vice-presidente Hamilton Mourão (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), contou que “ainda tomava conhecimento do assunto e que, pelas últimas informações, tratava-se de uma emboscada por uma quadrilha do narcotráfico”. Já o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (Partido Social Cristão), disse: “não sou juiz da causa. Não estava no local. Não era a PM. Quem tem que avaliar todos esses fatos é a administração militar. Não me cabe fazer juízo de valor ou tecer críticas. Confio nas instituições”. As palavras desses políticos têm enorme valor simbólico uma vez que reafirmam a impossibilidade de um erro por parte do Exército e supõem o envolvimento da vítima com traficantes.

FIGURA 2 – A NARRATIVA DE POLÍTICOS NA REPORTAGEM

Crivado de balas. O carro da família: para delegado, militares pensaram se tratar de um veículo ocupado por ladrões

Porta-voz diz que Bolsonaro confia na Justiça Militar	Militar, nos esclarecimentos que o Exército dará por meio do inquérito, e espera que eventos de igual similitude não venham a ocorrer”, disse.	pelas últimas informações, tratava-se de “uma emboscada por uma quadrilha do narcotráfico”.	que avaliar todos esses fatos é a administração militar. Não me cabe fazer juízo de valor ou tecer crítica. Confio nas instituições”, disse, acrescentando lamentar a morte do músico. Em discurso, ele não citou o crime, mas destacou a importância das Forças Armadas para a democracia.
> Porta-voz do Palácio do Planalto, Otávio do Rêgo Barros disse ontem que o presidente Jair Bolsonaro confia na Justiça Militar.	> Em Washington, o vice-presidente Hamilton Mourão, afirmou que ainda tomava conhecimento do assunto e que,	> O governador Wilson Witzel só se pronunciou ontem à noite, na posse do presidente do TRF-2, Reis Friede: “Não sou juiz da causa. Não estava no local. Não era a PM. Quem tem	
> “Ele confia na Justiça			

Fonte: matéria retirada do Acervo online do jornal O Globo. Publicada no dia 09 de abril de 2019.

Glassner (2003) explica que as pessoas estão cada vez mais sendo atraídas por problemas inexistentes e/ou sem relevância, mas que são narrados pelos veículos de comunicação como se fossem extremamente pertinentes e urgentes. Todo esse alarde midiático é utilizado por políticos que veem nos projetos de segurança repressivos (quase sempre inócuos) uma oportunidade de promoção e atração de eleitores. Glassner (2003) esclarece que Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos de 1969 a 1974, defendia que as pessoas reagem ao medo, não ao amor, por isso os pânicos dos americanos serviam frequentemente para nutrir suas estratégias políticas. O autor também argumenta que George W. Bush, outro antigo presidente americano, foi reeleito em 2004 por suas políticas coercivas de combate ao terrorismo, uma resposta evidente às demandas de seus eleitores.

Assim como Fortuna (2017), acreditamos que a conjugação de medos nos jornais serve de base à política, estabelecendo o seguinte jogo: os políticos oferecem planos de segurança que neutralizam em certa medida os pânicos dos cidadãos, mas nunca totalmente, e a mídia, por sua vez, se encarrega de produzir sentidos que ratificam essas soluções. Mas, afinal, quais são os planos desses políticos para a segurança pública? O presidente Bolsonaro e o seu vice Mourão propõem como plano de segurança o combate rigoroso ao crime, defendendo o endurecimento das leis e do encarceramento; o direito das pessoas se armarem; e a licença para os policiais matarem. O governador Wilson Witzel também defende que os policiais precisam ter o direito de matar, em especial bandidos que estejam portando fuzis, assim como o endurecimento das penas para vendedores de drogas e o direito de as pessoas terem armas.

É fundamental pensar que esses planos são ineficientes, mas atendem positivamente aos desejos de parte do eleitorado. O aumento da dureza das penas não contribuirá para identificar e prender os criminosos mais perigosos como homicidas e autores de crimes mais violentos, pelo contrário, ocasionará no aumento da superlotação dos presídios com criminosos de baixa periculosidade, formado sobretudo por jovens pobres que serão cooptados pelas facções criminosas que também estão dentro das prisões. O acesso facilitado às armas de fogo pode conspirar contra a segurança do lar de quem a porta e contribui ainda mais para a insegurança pública. Além disso, quanto mais “armas legais”, mais armas circularão no mercado ilegal por furtos, roubos ou extravios. Consequentemente, o aumento da oferta de armas pelo mercado ilegal faz com que o seu valor diminua, facilitando ainda mais o acesso a ela. Dar licença para o policial matar significa um aumento no número de mortes de criminosos, mas também de policiais e

civis. Além do mais, tende a elevar a ansiedade da população em vista do crescimento das balas perdidas e dos tiroteios.

As narrativas presentes na figura 2 remetem à ideia dos pobres envolvidos com o crime, culpando-os mesmo quando eles são as vítimas. Elas contribuem com a ativação das memórias de medo, ao mesmo tempo em que fomentam o temor do outro, em especial daqueles que vivem em favelas. Todorov (2010) explica que o medo produz um outro a quem se deve temer. O outro normalmente é concebido com abstração ou é um grupo social concreto ao qual não se pertence. A título de exemplo, ele explica que a mulher é o outro para o homem, o rico para o pobre, o branco para o negro. O outro não necessariamente precisa fazer parte da mesma sociedade, podendo ser de um lugar distante ou próximo. Alguns seres são familiares, aproximados principalmente pela cultura, moral e/ou história, mas existem também os desconhecidos, os estrangeiros que falam línguas diferentes, que têm costumes diferenciados.

Compreendemos, então, que pessoas amedrontadas, submersas nas “ondas de violência” presentes em narrativas governamentais e midiáticas, criam uma obsessão pela segurança e, conseqüentemente, pela falta de liberdade. Elas podem assimilar que uma maior vigilância das Forças Armadas, mais encarceramentos e endurecimentos de penas são medidas urgentes e inevitáveis para estar em segurança. Ou, ainda, se trancafiarem entre muros e sistemas de segurança, no meio dos seus iguais, não convivendo com o diferente e evitando aquilo que menos deve ser evitado: a sociabilidade pulsante propiciada pelo convívio com o plural.

Considerações finais

Este trabalho teve o objetivo de analisar a reportagem *Direitos sob 80 tiros* do jornal O Globo com a finalidade de identificar as memórias de medo e como elas foram usadas para legitimar determinados projetos e visões de segurança pública. Além disso, esta investigação focou nas narrativas de políticos a fim de entender como eles validaram o uso do Exército no combate à violência. A matéria analisada aborda o assassinato do músico Evaldo dos Santos Rosa, provocado por agentes do Exército que dispararam 80 tiros contra o seu carro. Esse caso ocorreu em Guadalupe, Zona Oeste do Rio de Janeiro, em 07 de abril de 2019.

A narrativa criada pelo jornal dialoga com as memórias de medo dos leitores, focando em temores específicos como balas perdidas, confrontos entre policiais e bandidos, assassinatos e violência policial. Pensamos, ainda, que essa reportagem é capaz

de ativar as memórias sensoriais (preservadas por aqueles que passaram por um caso parecido de violência) e/ou as imaginadas, mantidas por aqueles que não viveram uma situação de perigo, mas a teme porque um amigo dividiu essa experiência ou porque teve acesso às narrativas midiáticas sobre o tema. Destacamos, então, a dimensão social da memória, esclarecendo que elas são formuladas principalmente pelo contato com o outro e que sem referências comuns a sociedade não vigoraria.

O Rio de Janeiro pode ser pensado como militarizado na medida em que utiliza o Exército, suas ideologias, aparelhos e táticas na área de segurança pública. As Forças Armadas, que são preparadas para a guerra e para a defesa de fronteiras, não têm condições de fazer o patrulhamento urbano ou solucionar os conflitos entre civis, essas funções são destinadas à polícia. Os planos de segurança que recorrem aos militares são pouco eficazes, mas normalmente são legitimados pelo jornal por responderem de forma positiva aos interesses dos leitores. Essas medidas repressivas também respondem aos anseios de alguns eleitores, por isso são amplamente defendidas por alguns políticos.

A reportagem trouxe um *box* contendo o discurso do presidente Jair Bolsonaro, do vice-presidente Hamilton Mourão e do governador do Rio Wilson Witzel sobre o assassinato de Evaldo. Sem uma problematização por parte do jornal, as falas dessas figuras reforçam a lógica maniqueísta da guerra, dividindo um eu/nós a ser preservado e um outro/eles a ser combatido. Além do mais, os governantes supuseram o envolvimento do músico com o tráfico como uma forma de culpá-lo por sua morte, justificando a ação violenta dos agentes do Exército. Essas narrativas contribuíram com a ativação de memórias de medo, ao mesmo tempo em que fomentaram o temor dos outros, em especial daqueles que moram em favelas e periferias.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

FORTUNA, É. **“Aprisionados” pela mídia: representações da redução da maioria penal pelas páginas do jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 2017. 100 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GALDO, R.; SOARES, R. **Direitos sob 80 tiros**. O Globo, Rio de Janeiro, 09 abr. 2019. Primeiro caderno, p. 12.

GLASSNER, B. **A cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas – SP: Papirus, 1994.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2007.

MATHEUS, L. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MENDONÇA, K. **A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa**. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

ROCHA, V.; FILHO, D. Quem pacifica o “pacificador” e quem tem medo do “caveirão”? As representações da violência segundo jovens da favela no Rio de Janeiro. In.: CARNEIRO, S.; SANT’ANNA, M. **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ROCHA, L. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. In: LEITE, M.; ROCHA, L.; FARIAS, J. (Org.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WEINRICH, H. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.